



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

OBJETIVO: referente à Semana Nacional em Defesa e Promoção
da Educação Pública, como parte da programação da XXVI Semana
Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

EM: 23.04.2025

INICÍO: 14h24min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

O SR. HANS DE AMARAL (Mestre de Cerimônias) - Senhoras
e Senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos. A Assembleia
Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento
nº 1857/2025, de autoria dos Excelentíssimos Senhores
Deputados Estaduais Cláudia de Jesus, Ieda Chaves e Luizinho

Goebel integrantes da Comissão de Educação e Cultura - CEC desta Casa de Leis, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública referente à Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, como parte da programação da XXVI Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

Agradecemos, neste momento, a todos os nossos companheiros que nos acompanham virtualmente, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa, no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2, e também os nossos participantes que estão representados conosco nesta Audiência.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, membra da Comissão de Educação e Cultura e proponente desta Audiência Pública.

A Excelentíssima Senhora Luciana Ondeí Rodrigues Silva, Promotora de Justiça, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

O Excelentíssimo Doutor Diego César dos Santos, Subdefensor Público-Geral do Estado de Rondônia, neste ato representando a Defensoria Pública Geral do Estado de Rondônia.

Senhor Nilson Gonçalves Vieira, Diretor Técnico, neste ato representando a Secretaria de Estado de Educação - Seduc.

Professora Claudir Mata Magalhães de Sales, neste ato representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE.

Senhora Dioneida Castoldi, Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia - Sintero.

Nesse momento, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus fará a abertura desta Audiência Pública.

Uma salva de palmas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Boa tarde a todos e todas presentes, muito bem-vindos a esta Audiência Pública. Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública Referente à Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública como parte da programação da 26ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

O SR. HANS DE AMARAL (Mestre de Cerimonias) - Estando a Mesa composta, convidamos todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia", com letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva.

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Uma salva das palmas ao lindo Estado de Rondônia e aos professores do nosso Estado. Gostaríamos de registrar a presença e agradecer a presença dos professores e todos os profissionais da educação que se fazem presente nesta Audiência Pública.

Agradecemos à Professora Maricélia Lago, Secretária de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Rondônia. Ao senhor Júnior Freire, Diretor dos aposentados do Sintero.

Agradecemos a presença de todos os servidores da Seduc, da Semed, dos Sindicatos, do Sintero, conselhos e demais secretarias.

E retornamos, neste momento, a palavra à Excelentíssima Deputada Estadual, Cláudia de Jesus, para conduzir a presente Audiência Pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Antes de fazer os cumprimentos aqui à Mesa e às demais autoridades, eu quero pedir para que todos fiquem de pé para que nós possamos fazer 1 minuto de silêncio em homenagem ao Papa Francisco, nosso líder religioso que não se encontra mais nesse mundo terreno, mas que foi um grande exemplo de fé, um grande líder que deixou um legado e muitos ensinamentos. Que Deus possa acolher esse grande líder e que possa nos dar muita sabedoria para a gente possa ser exemplo, seguir os exemplos do Papa Francisco.

(Faz-se um minuto de silêncio)

Obrigada.

Mais uma vez, sejam todos muito bem-vindos a esta Audiência Pública, na qual iremos discutir e fazer o debate referente à Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

Eu quero aqui cumprimentar a nossa Mesa, as autoridades presentes, à Excelentíssima Senhora Luciana Ondeí Rodrigues Silva, Promotora de Justiça, nesse ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia, obrigado pela presença.

Também quero cumprimentar o Excelentíssimo Doutor Diego César dos Santos, Subdefensor Público-Geral do Estado de Rondônia, neste ato representando a Defensoria Pública-Geral do Estado de Rondônia.

Também quero cumprimentar o senhor Nilson Gonçalves Vieira, Diretor Técnico, que neste ato representado a Secretaria de Estado da Educação.

Quero também aqui cumprimentar a Professora Claudir Mata Magalhães de Sales, que neste ato representa a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE.

Também quero aqui cumprimentar a Senhora e Professora Dioneida Castoldi, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, o Sintero, e em nome dela cumprimentar a todos os profissionais de educação que se fazem presente.

Este é um momento ímpar no qual a gente nos une aqui para fazer esse debate tão importante, trazer as preocupações mediante a construção do Plano Nacional, do Plano Estadual. E o momento é para que possamos, de fato, fazer as nossas falas e, sobretudo, colocar as nossas preocupações.

A gente está num momento de construção, então é importante que a gente se atenha às nossas proposições para que possamos evitar algumas coisas que vão na contramão, especialmente a classe trabalhadora, a perda de qualidade do ensino público, a infraestrutura da educação e de tantos gargalos que hoje, de uma forma ou de outra, têm prejudicado a educação pública, que é uma grande riqueza para o povo brasileiro, para as nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos. Precisamos garantir é a educação pública de qualidade.

E a gente sabe que, nesta Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, a nossa grande preocupação é sobre a escola pública não é um negócio, mas sim um direito. Sabemos que essa pauta de privatização da educação pública tem se alastrado pelo nosso país. E que nós, pessoas que compreendemos essa realidade e lutamos pela coletividade, entendemos a importância de ter professores e professoras, uma equipe multidisciplinar de apoio, enfim, capacitada para ensinar os nossos alunos. Isso é de fundamental importância, sabemos o que significa isso.

E um Estado rico, um país rico, é aquele que, de fato, investe na educação. A gente não pode admitir que o orçamento público seja trabalhado para poder enriquecer empresas e que alguém ganhe dinheiro tirando a qualidade da educação das nossas crianças, dos nossos alunos, no contexto geral.

E a nossa Audiência Pública ela vai ter uma dinâmica diferente, porque acho que o objetivo aqui, sobretudo para as nossas autoridades da Mesa, é para que, primeiramente, entender o que, de fato, está colocado: qual é a conjuntura do nosso país, do Estado de Rondônia e os municípios.

Então, vamos ouvir aqui uma apresentação. E posterior a essa apresentação, a gente vai abrir para que o plenário possa fazer seis inscrições para que vocês também possam falar. E é muito importante que, nas falas quanto na apresentação que vai ter aqui, a gente possa de fato fazer as nossas ponderações, as nossas considerações e os nossos encaminhamentos, para que fique muito bem entendido o que queremos aqui e o que cada ator que está nessa Mesa pode contribuir com a construção desse Plano Estadual e Plano Nacional, que está neste momento sendo construído.

Então, acho que as nossas sugestões serão muito pertinentes. E nós estamos aqui e essa Audiência Pública

está sendo gravada. Vai ser confeccionada a Ata, no qual a gente vai estar passando.

Vou convidar agora para fazer a apresentação, a gente vai disponibilizar 10 minutos, na verdade são 20 minutos, sendo dividido 10 minutos para Professora Claudir, que fará essa apresentação no contexto a nível nacional, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores.

E depois, ouviremos a Professora de Dioneida Castoldi, que vai fazer uma análise de conjuntura no contexto do nosso Estado de Rondônia e, cada uma terá 10 minutos.

Então, eu passo aqui já uma palavra para a professora Claudir, para que ela possa expor toda essa dinâmica da semana, o que está sendo pensado, para que a gente possa compreender e, depois, a gente fazer o debate. Está bom, pessoal? Obrigado.

A SRA. CLAUDIR MATA MAGALHÃES DE SALES - Boa tarde a todos. Eu quero aqui, em nome da deputada, cumprimentar todas as autoridades da Mesa e já agradecer, porque só temos uma deputada aqui. Nós temos quantos deputados? 24 deputados. Todos foram convidados e só temos uma deputada aqui, nem a Presidente da Comissão da Educação está presente. Então, a gente já pensa como é que está a educação.

E aqui, em nome da companheira Léo, ex-presidente do Sintero, que está aqui, quero cumprimentar cada trabalhador e cada trabalhadora em educação. Cumprimento a minha companheira Marta Vanelli, que veio de Florianópolis e que é também da direção da CNTE, que esteve hoje de manhã com a gente falando do piso, falando da regulamentação do artigo 5º da Lei do Piso, que estamos buscando o piso agora para nível superior.

Quero registrar a presença do Presidente do meu partido, Anselmo de Jesus, e dizer, em nome do Presidente Heleno, que é o nosso Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que me pediu para representá-lo aqui.

Dizer que nós da CNTE, todo ano, estamos na 26ª Semana de Defesa e Promoção da Educação Pública. Todo ano, quase na última semana de abril, a gente discute no país inteiro os temas que estão na conjuntura da educação naquele ano. E os temas se repetem todos os anos. Pegamos o artigo 206 da Constituição, que traz os princípios da educação pública do nosso país, e que está em todas as leis da educação. O artigo 206 da Constituição Federal, de 1988, fala de financiamento, de gestão democrática, do piso, da valorização, e isso todo ano.

Este ano, o nosso mote, que está aqui na minha camiseta, é "Não venda a nossa escola". Por quê? Porque o mote, a nível do Brasil, já está acontecendo no Paraná, São Paulo, já estão privatizando a gestão das escolas públicas. Neste ano, o país inteiro, nós começamos em fevereiro com a luta por concurso público, porque, para não privatizar, a gente precisa ter concurso público e companheiros efetivos com carreira, jornada e salário. Já começamos o ano defendendo o concurso público.

Nós estamos a nível nacional, com as redes, mais de 60% emergencial, temporário, e agora vem o "amigo da escola", que é uma desvalorização geral da questão da educação.

A nossa maior responsabilidade, Deputada Cláudia, é o Plano Nacional de Educação, que está lá no Congresso Nacional, a Lei nº 2.614. Que precisa ser aprovada até o final deste ano. Já foi criada a Comissão Especial, a CNTE está acompanhando.

E, neste Plano, as metas são as mesmas, porque nós não as alcançamos. O plano era para 10 anos e, acho que, nem 30% das metas foram alcançadas. A gente avançou em alguns pontos. Não podemos dizer que não avançamos, mas precisamos alcançar aquelas metas.

Precisamos ter o nosso Plano Nacional de Educação como uma política de Estado, que, independentemente de qual partido ou governo esteja no poder, ao assumir, ele já saiba: existe um plano com objetivos, metas e estratégias para serem cumpridas. Então, não precisa inventar ou buscar. Ele tem apenas que pegar a lei do plano e dizer o que a gente avançou e o que não avançou.

Nesse novo plano, nós temos 18 objetivos - que tratam do que nós queremos para a educação nos sistemas e tudo -, as 58 metas e 253 estratégias. Então, o nosso Plano Nacional trata tudo da educação.

E, eu coloquei alguns pontos porque em cinco, dez minutos não tem como relatar. O que nós queremos? O que nós buscamos desde o plano passado e não foi regulamentado?

É o Sistema Nacional de Educação. Aí vem aquela polemica toda de algumas pessoas que não conhecem dizer: "Ah, o governo federal quer mandar no Estado, que quer mandar no município."

Não é verdade. A gente já tem o pacto federativo, no qual o governo federal tem sua parte, o Governo Estadual, e o municipal também. Mas temos um exemplo que dá certo: o Sistema Único de Saúde.

E nós queremos um Sistema Nacional de Educação que tenha regulamentação no currículo, que tenha regulamentação em tudo - e com parceria desde o financiamento, como o que acontece no SUS, até a ponta, de quem faz a educação que é

o município. Onde está a maior rede? Onde está a maior rede de educação? No município. É quem faz. E, às vezes, é quem menos arrecada.

A gente precisa que tenha a complementação da União. Que seja regulamentado, porque já vem no Art. 23 da lei, mas precisa ser regulamentado. Depois que o plano for aprovado, ele tem que ser regulamentado.

Precisamos de uma gestão democrática efetiva, gente. Avançamos bastante, porque sabemos que, as escolas eram currais eleitorais. O deputado tal indicava tantos diretores, o vereador tal indicava tantos diretores, e assim virava currais eleitorais. E a nossa luta é para que o princípio 8º da Constituição Federal, de 1988, entre em vigor que é: a gestão democrática.

A gestão democrática, gente, não é só eleger diretor de escola. Gestão democrática é discutir, junto com a comunidade, com a sociedade, tudo: a gestão, o financiamento, o recurso, os cargos - tudo você deve discutir com a comunidade.

Este aqui é um espaço muito importante, Deputada Cláudia. Porque na Audiência Pública muitas pessoas podem achar que não tem relevância. Mas a Audiência Pública é relevante, está na lei. Ela existe para ouvir a sociedade. Essa Audiência Pública aqui é muito importante. E é por isso que pedimos à deputada. Ela está sendo gravada, ela está sendo transmitida, e é uma força da sociedade.

Então, essa é a importância. Nós buscamos que essa gestão democrática efetiva da educação, da gestão, de tudo, seja regulamentada e aconteça.

A gente precisa, e discutimos nas conferências, e não conseguimos alcançar, Marta Vanelli, o custo aluno

amazônico. O nosso custo aluno é diferenciado, porque temos aqui alunos que vão no Baixo Madeira, o custo desse aluno, desse profissional, é totalmente diferente do custo aluno de um aluno aqui do centro de Porto Velho e de outras capitais.

É por isso que, na Amazônia, a gente discutiu o custo aluno amazônico. Porque, quando estamos regulamentando o custo aluno/qualidade, o Plano Nacional de Educação, traz o acesso, traz a questão da gestão, traz a questão da qualidade. Cada um vai explicando que precisa ser acompanhado, porque queremos todo aluno na escola, mas com estrutura, com condição e com qualidade.

E como esse profissional vai chegar a essa formação com qualidade? Se tiver condições, se tiver estrutura. Aqui em Rondônia, com esse calor todo, como é que a gente daria aula se não tivesse ar-condicionado? Então, é uma coisa que a gente precisa pensar. E, quando a gente senta na rede para discutir isso, o pessoal diz que: "A educação tem o maior orçamento". Mas, a educação é a maior pasta.

A educação tem quantos servidores? Tudo para nós é muito difícil, porque, quando se dá 1% para uma determinada secretaria, é simples. Quando se fala para os profissionais da educação, tudo para a gente é difícil, porque somos muitos, somos grandes.

O nosso plano de 10 anos, gente, vai para o terceiro plano, nós já tivemos dois de 10 anos, não cumprimos as metas. O primeiro, ninguém nem ficou sabendo que havia um plano. O segundo, a gente divulgou e cumpriu algumas metas. Agora, estamos fazendo a divulgação desse plano, ainda enquanto ele está no Congresso, para ver se a sociedade, a comunidade, os pais, todo mundo, tomem esse plano para si, para que ele se efetive de fato. Essa é a importância.

E vem a valorização digna para todos os profissionais da educação. Hoje, nós estamos com uma precarização. E eu diria um apagão. Quando a gente virar bicho em extinção, quem sabe sejamos valorizados. Porque não tem ninguém querendo ser professor. Antigamente, era muito chique, era importante ser professor, você era sabido. Hoje, ninguém quer ser professor. Os cursos estão esvaziados, são cursos aligeirados, à distância sem ser presencial.

Se nós não tivermos esse profissional valorizado com concurso público, com alguém que queira ser profissional da educação, como que a educação vai melhorar? Não tem como ela melhorar. Então, por isso, precisamos valorizar esses profissionais da educação e a valorização passa por jornada, por carreira e por formação continuada, porque, na educação, a gente aprende todos os dias, todos os dias.

Se eu não estudar, chego na sala de aula e meu aluno, que está na internet, talvez saiba mais do que eu. Então, eu preciso ter formação continuada. Mas não é aquela formação que contrata um curso de uma fortuna, de uma empresa que vai trabalhar não sei quantas horas.

Eu posso fazer formação continuada com grupo de polos, e a gente fazia isso. Aquela formação onde vou sentar para socializar, trocar ideias, e eu posso fazer isso até com a minha própria rede. E a gente precisa disso.

Essa é a nossa luta, essa é a nossa luta. E tudo que a gente conquistou foi com muita luta, muita luta. Então, nós estamos acompanhando nosso plano. Precisamos aprovar e divulgar o plano, para que cada um saiba que existe essas 58 metas e objetivos, e eles precisam ser implantados.

Assim que aprovarmos, nós vamos fazer cartazes e pregaremos em todos os cantos com essas metas, para que todos saibam, todos saibam desse plano. E, o governo que entrar,

ele vai fazer o quê? Executar esse plano, porque já é um plano que foi construído por muitas mãos. Não foi pelo Sintero, não foi pela CNTS, são 40 e poucos sindicatos em nível de país.

Nós fizemos uma conferência e os companheiros daqui, da Seduc, participaram dessas conferências com os pais, com os alunos, com a sociedade. Então, aquelas metas que estão lá foram construídas por todas essas mãos.

Esse documento que está lá não foi inventado por uma pessoa. Foram os alunos, os pais, os sindicatos e a sociedade que construiu. E alguns já estão defasados, porque precisamos reformular e discutir isso.

Essa é a nossa semana. E já quero deixar aqui o nosso agradecimento, viu, deputada? Não vou fazer nem repúdio, mas digo aos deputados e aos seus assessores estão nos ouvindo, está tudo gravado. Eles precisam pegar essa bandeira da educação pública, porque não há país, não há sociedade avançada se não tiver educação, e sem uma educação pública de qualidade e com qualidade social.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Professora Claudir. Eu quero aqui, antes de passar a palavra para a Professora Dioneida, agradecer a presença do Bartolomeu, que é Presidente do Partido PCdoB, que está aqui conosco.

Agradecer a presença do Anselmo de Jesus, Presidente do Partido dos Trabalhadores, que está aqui com a gente.

Quero agradecer também a presença da Professora Léo Simão do Sintero, seja muito bem-vinda.

E agora eu passo a palavra para a Dioneida, que tem 10 minutos para fazer a sua explanação.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Primeiramente, obrigada. Obrigada, Deputada Cláudia. E já compartilhando a fala com os demais colegas. Estamos atuando junto à Comissão de Educação aqui desta Casa, e sempre quem nos recebe é a Deputada Cláudia. Então, muito obrigada, Deputada Cláudia. Sua atuação tem aberto as portas, garantido esse caminho de diálogo.

Cumprimento todos que estão na Mesa, saúdo a todos com muito carinho, mas saúdo em especial os meus companheiros e companheiras de caminhada. Vocês são a nossa força, o motivo que nos impulsiona a continuarmos na luta todos os dias por direito à educação de qualidade.

Eu estava ouvindo a fala da Claudir, e a impressão que dá é que a gente sempre está na mesma luta, e o meu discurso não pode ser muito diferente disso, não é? Porque, em 37 anos de Estado nós não conseguimos ainda guardar uma bandeira de luta definitivamente. Por exemplo: "Essa bandeira aqui nós não precisamos mais mexer".

Todos os anos, o sindicato e os trabalhadores têm que pegar a mesma bandeirinha e vir para a luta. Por quê? Porque não há políticas, não conseguimos consolidar, no Estado de Rondônia, políticas públicas de qualidade para os trabalhadores e trabalhadoras em educação.

E quando a gente fala política de qualidade para os trabalhadores de educação, não significa só salário. Salário faz parte disso, valorização salarial, mas consolidar política pública de educação significa sentarmos e construirmos juntos algo que transforme a sociedade. Para

fazer, efetivar e implementar política pública de qualidade na educação, é necessária muita gente sentar. São necessárias muitas mãos, muitas mentes, buscando um caminho para a transformação de uma sociedade.

E que sociedade nós queremos? Aquela sociedade que será construída em conjunto, onde todos têm direitos iguais. Onde todos têm acesso a escolas de qualidade, acesso à saúde de qualidade, e isso perpassa por educação. Por isso, não é discurso redundante. Ou consolidamos metas e projetos que transformam e englobam a todos, ou nós continuaremos apagando fogo da violência, apagando fogo de falta da saúde, apagando fogo da falta de valorização - e é isso que fazemos todo ano. Todo ano vamos para a luta por salário, por direitos.

E por que que não acontece uma transformação? Porque ela não acontece aqui. Se, em uma Mesa, em uma Casa de Leis com 24 deputados eleitos pela população, tenha uma única deputada, nós temos problemas. Nós temos problemas.

Quais são os problemas? Educação e saúde continuam sendo discurso de palanque. E nós frequentamos muito esta Casa. E quando tem qualquer problema dos deputados, e eu vou citar o nome de um deputado que gosta de brincar, de fazer gracinha aqui nesse palanque, o Deputado Camargo, faz deboches. Vocês já vieram para cá? Faz deboches, apresenta vídeos, faz tudo isso, é só palanque. Por que não está sentado aqui conosco para consolidar uma política pública?

Então, primeiro, é essa indignação. E depois vamos ao nosso discurso. O nosso discurso tem que ser uma única nota, uma única nota: educação de qualidade, educação equitativa. E isso gera trabalhadores valorizados, trabalhadores envolvidos com essa profissão. Eu sou professora, nós somos trabalhadores, eu trabalhei no Estado na sala de aula durante 28 anos, não precisa ninguém me dizer o que é isso na vida.

A gente vive isso, não é assim? A nossa vida é ser educador e por muito tempo.

E nós nos envolvemos tanto com isso, que praticamente não temos outra vida fora desse contexto. Mas ela não dá o retorno necessário para a gente, que é uma vida digna, que eu posso estudar, eu posso me valorizar, eu posso buscar conhecimento e viver tranquilamente. É disso que nós estamos falando também: o acesso a todos os direitos que um cidadão brasileiro deve, por direito e por lei, ter.

A Claudir colocou muito claro aqui: em cima de que estamos trabalhando? Nosso discurso sempre é embasado no artigo 206 da Constituição Federal. Está ali dizendo tudo o que é de direito do trabalhador e da sociedade brasileira. E lá se consolida todo esse direito. Direito!

Educação não é serviço, educação não é prestação de mero serviço. Educação é um direito, porque ela gera acesso, gera mudança de vida, gera direitos e consolida cidadãos.

Em cima disso, tem que se construir projetos que abrangem a todos. E nós, no Brasil, temos algumas coisas que nós temos que abrir aqui. Os projetos inclusivos que nós temos. Como o "ProUni", que deu acesso à educação de nível superior para a classe menos favorecida. Temos hoje o "Pé-de-Meia", que incentiva o aluno a ficar na escola. Temos o "Bolsa Família", que permitiu àquele menino que saía da escola para ir trabalhar ficasse na escola. Então, são projetos que temos que nos apoderar e defender também como trabalhadores da educação, porque eles trazem o mínimo de dignidade.

Mas como está a educação em Rondônia? Nós temos algum problema para debater aqui hoje? **(manifestações da galeria)**

Eu já vou começar a pontuar aqui, senhores:

Se o último concurso do Estado de Rondônia para professores foi em 2016, temos problemas para debater. Se o último concurso para técnicos educacionais – quem são os técnicos educacionais? São o nosso pessoal que dá suporte para a sala de aula funcionar.

Hoje de manhã, uma companheira nossa fez uma fala: “Se a cozinha não funciona, o aluno não tem merenda. Se o aluno não tem merenda, ele não vem para a escola”. Nós estamos falando a nossa língua. Se não tem sala limpa, não tem como funcionar. Ou o professor vai fazer tudo? E sabe de quando é o último concurso? Do ano de 2012. Então, temos situações para debater aqui.

Se hoje o Estado de Rondônia abre um concurso seletivo está aqui o edital de convocação publicado, o edital do Concurso seletivo publicado, para o quê mesmo, gente? Vocês sabem porque apresentamos hoje de manhã. O que, que é isso aqui mesmo? Voluntariado, nos postos de serviços da escola, com diárias de R\$ 70,00 por dia. Temos problemas para debater, não é?

Se hoje os nossos professores estão doentes, sobrecarregados... Eu não informar exatamente aqui, porque eu peguei o percentual há poucos dias, mas nós temos esse problema. E o Nilson está aqui, e ele é muito parceiro da gente. Mas Nilson, eu tenho que pontuar isso. Depois que ele entrou na Secretaria, sempre contribuiu muito para a solução de muitos problemas que tínhamos ali. Ele nos ajuda.

Então, Nilson, você deve ter esses dados. Mas, eu vou jogar, acredito que em torno de 20% dos professores estão readaptados. Não tenho a precisão exata, então eu não posso falar. Mas, são quanto? 32% dos professores do Estado de Rondônia readaptados. Temos problemas. Alguma coisa está errada. **(manifestações da galeria)**

Isso, vamos lá. Eu ia para esse próximo passo, mas você adiantou. Por isso, que a categoria é interessante. Agora, com esse realinhamento, nós estamos recebendo denúncia sobre a carga excessiva de alunos, sobre superlotação de alunos.

E dentro dessas salas de aula, temos alunos com laudos médicos e que têm direito a uma educação inclusiva de qualidade. São cuidadores que não temos disponíveis. É isso que não temos. Então, temos problemas para discutir aqui, senhores. E temos problemas sérios.

E temos professores que nós estamos atendendo juridicamente - cinco professores que apanharam dos pais na escola. E não foi pouco, apanharam de ficarem marcados. Isso significa que a violência está exacerbada e os nossos profissionais estão à mercê. São problemas que nós temos que enfrentar. E não é enfrentar com discurso, mas com projetos, com atitudes, com projetos de educação que enfrentem isso.

Como será feito isso? O sindicato vem aqui, aponta um monte de situações. E depois? O sindicato vem, fala isso, fala aquilo. Se temos professores - eu estou falando mais de professores, mas os técnicos estão piores ainda. O técnico é dez vezes pior.

Mas se temos profissionais de educação que ficaram mais de 30 anos na sala de aula, hoje estão aposentados, voltaram a contribuir, e não têm salário digno para viver. Nós temos que discutir políticas públicas. E o Manoel ajudou ali, lembrando que a lei foi aprovada para todos - não só os da educação - que estão sob o Iperon, em 2021, de 14% que ultrapassa três salários mínimos.

Alguma coisa está errada nessa gestão. Eu vou voltar para mim: eu contribuí 32 anos. Por que, depois, eu tenho

que voltar? Alguma coisa está errada. E nós temos que discutir isso.

Nós temos muitos assuntos aqui na mesa. Eu sei que o projeto, o decreto, a luta que nós fizemos - o Piso estará na carreira esse mês, com o retroativo a janeiro para o professor - mas, se nós temos que ir para a luta, por isso alguma coisa está errada. Carreira, valorização, não perpassa só por Piso. O Piso é só o começo. Daqui, nós temos que entrar em uma carreira com o Piso, progredir nela e chegar ao fim com uma carreira digna. Isso se chama inclusão, valorização, investimento.

É disso que nós estamos falando. O sindicato fala, fala..., mas o sindicato aponta o quê? Primeira coisa: a gente aponta discussões e diálogo desde dezembro. Nós estamos desde dezembro buscando conversar, dialogar com todos. Apresentamos uma pauta em que nós não só reivindicamos, mas também propusemos. A gente também propõe ações.

Nós temos proposituras - e algumas delas a gente coloca aqui agora. O Plano Nacional de Educação foi prorrogado até dezembro deste ano. Enquanto não se efetiva o novo, enquanto não se aprova lei nacionalmente, está valendo o Plano Nacional que teria vencido em dezembro do ano passado. O nosso vence agora em final de maio, Nilson?

O SR. NILSON GONÇALVES VIERA - Junho.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Junho.

Que já saia a lei prorrogando essa lei até dezembro. Mas não é só prorrogar a lei: é colocando, é implementando, porque lá dentro tem tudo que nós precisamos. E agora,

principalmente, eu vou para a parte bem concreta que é falando dos profissionais. Não é só o salário que dá valor ao profissional de educação, que traz valor, é a carreira. É a carreira.

E a nossa carreira, gente, é investimento, é conhecimento, é formação. E nós estamos gritando por esse reconhecimento há 10 anos e continuamos no mesmo valor de não sei quando, de 2012. Os mesmos valores de uma pós, os mesmos valores de um mestrado, o mesmo valor de um doutorado desde 2012. Cadê a valorização disso?

Então, indicamos aqui que se prorrogue imediatamente o Plano Estadual de Educação, mas que se implemente a Meta 17, que lá está dizendo o que nós precisamos para termos valorização na carreira.

Também, vou ser redundante: sem gestão democrática, não há exercício de democracia. E nós somos democráticos. Exigimos democracia para escolher deputado, não sei das quantas, tudo, tudo isso. E onde que se aprende isso? Na escola, fazendo e atuando dentro da gestão democrática também.

Porque um gestor não é só eleição de diretor. Mas alguém que passa por uma eleição tem responsabilidade. Não tem costas quentes. Esse é o diferencial de ser eleito.

Então, clamamos por gestão democrática.

E uma lei que nós pedimos também que seja extinta aqui no Estado de Rondônia - eu sei que é programa de governo e que é defendido até por uma grande maioria da sociedade - mas escolas militarizadas? **(manifestações da galeria)**

Primeiro: é inconstitucional. Segundo: totalmente excludente. Terceiro: vai fazer segurança pública, que educação nós sabemos fazer! Educação, quem sabe fazer, são

esses profissionais que estão sentados aqui. Devem ser ouvidos e considerados como atores principais de uma transformação de sociedade.

Quem não investe em educação vai ter que abrir mais hospitais e, principalmente, presídios. E nós estamos indo por esse caminho a passos largos.

Então, companheiros e companheiras, nós precisamos aqui conversar, construir e consolidar projetos que envolvam a sociedade, os profissionais e os meios, os órgãos competentes. Que bom que nós temos aqui hoje órgãos que caminham conosco. Que tenhamos mais momentos como estes. E estamos aqui para contribuir sempre.

Um grande abraço. **(manifestações da galeria)**

Vai abrir para vocês, calma aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Dioneida, pela contribuição. É muito importante a sua fala e a fala da Claudir. Foi pontuado bastante coisas que são importantes e devem ser consideradas e revistas no Plano Estadual de Educação e no Plano Nacional.

E fica muito claro: os desafios estruturais, os desafios das nossas escolas no Estado de Rondônia - as estruturas, o financiamento, a falta também de recursos - para que a gente possa ter uma educação à altura do que precisamos.

Os desafios pedagógicos: a qualidade, a formação continuada dos nossos profissionais, que também é um desafio. Os desafios econômicos: as desigualdades sociais que hoje prejudicam também os nossos alunos.

As consequências da privatização, que é um retrato no nosso país, e que a gente precisa de estar bem antenado para

que isso não se torne uma realidade no Estado de Rondônia. A desvalorização dos profissionais e demais direitos que têm prejudicado a qualidade da educação.

Eu fui pontuando aqui algumas coisas que a gente vê que são pontos negativos e que têm prejudicado a qualidade do nosso ensino do Estado de Rondônia: o fato do último concurso da educação em 2016; esse processo seletivo que constantemente tem acontecido - e que isso é muito ruim. Isso não dá estabilidade para o trabalhador. Pois, quando o trabalhador começa a compreender, de fato, aquele processo ele já venceu. E aí vem um outro novamente. Isso tem sido muito ruim também.

A falta de professores que é um diagnóstico neste Estado. Em diversas escolas onde a gente vai falta profissional. A questão do voluntário, outra situação que é absurda. A gente precisa repensar e, de fato, ter um projeto com transparência, clareza e planejamento, porque isso é inadmissível.

A gente precisa valorizar os nossos profissionais, e precisamos ter o orçamento justo e digno para a educação. Isso não pode acontecer. Isso é escravizar as pessoas, com esse valor de 70 reais.

Um outro detalhe que eu anotei aqui também, que é gritante, é a falta de cuidadores. A gente sabe que, hoje, é uma realidade necessária, e que isso também falta tanto na questão dos municípios quanto do Estado.

A violência nas escolas é outra situação muito delicada. E uma outra situação que a gente levanta aqui também é o que acontece no nosso Estado com a implantação da mediação tecnológica.

Hoje, para os alunos do campo - e eu falo isso porque a gente milita na pauta da agricultura familiar, militamos com o público da área rural e temos recebido muitas reclamações - os pais estão insatisfeitos dos seus filhos terem que estudarem através da mediação tecnológica, com um professor para acompanhar o processo, mas, às vezes, um professor que não é qualificado, de fato, para aquele conteúdo que está sendo passando. A gente que foi ensinado, que teve um aprendizado, com o professor junto, sabemos o que significa isso.

Isso é garantir dignidade e precisa de ser revisto. E no nosso Estado, quando foi implantada a mediação tecnológica, foi justamente para as áreas de difícil acesso. Porém, hoje isso já está acontecendo em áreas de fácil acesso. Precisa ser revisto, e o próximo concurso precisa de ser pontuado.

E até fizemos uma cobrança com a Secretária do Estado da Educação sobre isso. E, Nilson, eu gostaria que vocês pontuassem isso novamente, porque ela me disse: "Deputada, nós podemos fazer um levantamento nos lugares que foram implantados a mediação tecnológica, e solicitar que no concurso próximo, seja contratado professor, para que as pessoas tenham o ensino regular, para que, de fato, possa acontecer, e as crianças terem a dignidade de ter professor na sala de aula".

E isso foi em vários municípios que a gente ouviu. Então, acho que é importante fazer esse levantamento, para identificar onde, nesse momento, está sendo aplicada a mediação tecnológica, porque, em muitos lugares, são áreas de fácil acesso, o que estão na contramão do projeto.

Outra situação é a Escola Família Agrícola. A gente sabe que elas são estruturas filantrópicas, porém, têm um

apoio do Estado, mas é insignificante. O resultado que as Escolas Família Agrícola dão para o Estado de Rondônia, para os nossos jovens, é significativo. Então, isso é preciso ser revisto dentro do Plano Estadual de Educação.

É lamentável quando a gente recebe os professores da Escola Família Agrícola, a direção e os pais, vendo que eles ficam se humilhando todo ano para poder receber processo para pagamento de professores e para infraestrutura. Na maioria das escolas, com uma dificuldade muito grande.

Então, Dioneida, a gente tem sim muitos pontos para dialogar e muitas reivindicações a fazer. É preocupante, sim, muito dos dados que são colocados aqui. Acho que nosso objetivo é discutir os problemas mesmo. Não viemos para um Poder Legislativo aqui para ficar discutindo coisas boas. Não, aqui todos os dias temos problema. E é uma série de coisas que foram colocadas aqui. E precisamos ter essa capacidade e ter a responsabilidade de fazer o debate.

Antes de abrir as falas, quero pedir à Andressa para vai vir aqui para pegar o nome de cada um que deseja se inscrever. A gente vai abrir seis inscrições.

Gostaria também de fazer uma justificativa. A Deputada Ieda Chaves, Presidente da Comissão de Educação, justificou sua ausência hoje devido a um imprevisto que aconteceu, uma questão pessoal. A gente não procurou saber, mas justificou. Ela, como Presidente da comissão, sempre nas demandas do dia a dia, tem confiado a nós para conduzir esse trabalho. Eu sou membro da Comissão e, por isso, ela tem nos dado essa credibilidade. Não pôde estar presente, mas, em todo momento que precisamos atender vocês, servidores da educação, temos tido essa autonomia de fazer esse debate, de conduzir aqui.

Estou fazendo esse reconhecimento porque a gente tem tido muitos diálogos, e é sempre importante que tenhamos

essa Casa com as portas abertas. Por mais que sintamos a falta dos demais aqui, porque esta é uma pauta tão importante e com tantos problemas, era para os outros estarem aqui também para fazermos um debate. Mas isso é um pouco do retrato que a gente encontra no nosso país, da ausência de quem também tem compromisso nos espaços de poder.

Andressa, já está por aqui? A gente vai abrir a inscrição de três minutos, pessoal. Serão seis inscrições, tá? Mantenham o braço erguido para que elas possam fazer as anotações. Nós temos um, dois, três, quatro. Já temos quatro. Quatro inscrições. Olha, eu pensei que seriam poucas. Apareceu mais um ali. Mantenham o bracinho erguido, quem ainda não foi inscrito, só para que elas anotarem. Espera que vai passar as seis, espera. Já deu seis meninas?

Pessoal, vamos começar, o primeiro inscrito aqui, já para a gente ir adiantando, enquanto as meninas terminam. Só passa para mim quem é o primeiro, fazendo um favor.

O primeiro a falar é o Adailto Noleto, da Escola Professor Francisco Chiquinho. Três minutinhos, tá? Fabrícia, você conta para nós, três minutinhos?

O SR. ADAILTON MARTINS NOLETO - Boa tarde a todos os trabalhadores em educação, aos colegas. Já tivemos pela manhã com a direção do sindicato, fazendo os nossos debates em respeito à educação. Sou professor e estou na iminência de uma aposentadoria. Ainda não é por invalidez, não, vai ser por tempo de serviço mesmo.

Eu fiz uma escolha, deputada, para ser um professor rural, porque meu pai era da área rural e faleceu dentro de uma propriedade rural, criando todos os filhos lá. Eu disse que poderia ajudar algumas crianças, principalmente das

regiões mais inóspitas. Fiquei 33 anos dentro dessas comunidades e tenho vivência de tudo o que aconteceu na evolução da educação em Porto Velho nesse tempo.

Sou graduado pela Universidade Federal de Rondônia, tenho duas graduações, e consegui ainda estudar, mesmo dentro do mato. E percebo que as dificuldades dos professores não são diferentes. Quando fui lotado na Escola do Beradão, na comunidade de Cujubim, eu carregava os fardos de merenda escolar, que eram os pré-cozidos da época, ia para 8Km. E ainda assim, a gente tinha que fazer na lenha a merenda das minhas crianças.

Eram muitas séries, eu tinha alunos de 5 anos e outro de 20 anos na mesma sala, e eu só tinha o primeiro grau. Só depois eu fiz o magistério e fui me capacitar. Parece que a história dos trabalhadores de educação ainda está lá em 1980. Nós estamos brigando pelas mesmas coisas.

Eu penso que Rondônia, pela sua história, merece uma força-tarefa de todos esses órgãos para a gente mudar o currículo escolar. hoje, temos alunos da terceira geração de beradeiros que não conhecem a diferenciação de uma árvore para outra, mesmo sendo ele morador na sombra dessa árvore. Não existe mais esse aluno empírico. Não tem um aluno empírico. Nós temos dificuldade.

O aluno que é filho de pescador, ele não está conseguindo diferenciar uma Traíra de um Cará, de um peixe que traz economia, como o tambaqui ou o pirarucu. Isso é muito problemático, senhores, para a questão da economia do Estado. É muito ruim saber que essa mão de obra não é muito absorvida pelo poder público.

Vou me despedir agora, dizendo que foi o máximo que eu pude encurtar, foi isso aqui, que é muito pouco. Mas, é importante essa Mesa, estou vendo aqui o Ministério Público

e a Defensoria Pública. E, como trabalhadores em educação, não vamos desistir da luta. E para ter novos professores, pois não querem fazer concurso para professor, para docente, é bom saberem disso. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Professor.

Eu quero agora aqui convidar a Marileth Soares Deniz, Secretaria de Formação do Sintero. E pedir para o pessoal se manter dentro dos 3 minutos. Me avisa, que eu peço para o pessoal concluir para que possamos ser pontuais nas nossas falas. Obrigado.

A SRA. MARILETH SOARES DENIZ - Boa tarde a todos e todas. Quero aqui cumprimentar, de maneira especial, a Deputada Cláudia de Jesus e dizer que, de fato, você nos representa como mulher e como deputada.

Cumprimento toda a Mesa, a companheira Claudir, que representa a CNTE, a companheira Dioneida, Nilson e demais componentes. E dizer que eu lamento e quero registrar aqui a minha indignação pela falta de compromisso dos deputados que representam esta Casa e, sobretudo, os demais componentes que compõe a Comissão de Educação. Gente, a Presidente não se faz presente. Isso é um descaso muito grande, um absurdo.

Como que pode alguém que representa aqueles que formam todas as outras categorias, e dão formação para que todos possam ser cidadãos de verdade, faltar com o compromisso, com os desta Casa? Somos apenas, praticamente, representados por uma deputada, e uma comissão que, em total desrespeito, não se faz presente. Não posso deixar de registrar isso.

Viu, companheirada? Sinceramente, estou aqui decepcionada. Não posso deixar de registrar isso.

E, como a companheira Dioneida colocou, com relação à questão das escolas militares. Nós estivemos, eu e a companheira Maricélia, essa semana, em uma escola militarizada e, quero me dirigir ao companheiro Nilson - digo isso porque você é um servidor de carreira, e lamentar também a ausência da Secretária de Educação. Porque, sinceramente, gente, não é a primeira vez que isso ocorre, é recorrente.

Dizer que simplesmente o diretor acha que a escola é dele. A escola pública é da população. O que acontece? Os diretores, que trabalham nas escolas, chegam com uma patente de Capitão e saem como Major, com maiores patentes em uma escola e ganham três vezes mais do que uma pessoa que tem formação específica.

E digo mais para o Senhor Nilson, o senhor está representando aqui a Secretária, mas tem escola que o diretor, o vice-diretor, o secretário, são todos militares.

Gente, não tem verba para pagar os trabalhadores da Educação e melhorar a nossa vida, mas para pagar um militar que já tem salário, que ganha um salário muito alto, tem dinheiro. E essas escolas são sustentadas com dinheiro do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), com dinheiro que sai do nosso bolso, com dinheiro da Educação.

Eu quero deixar aqui a minha indignação, o meu repúdio e pedir providência à Seduc. Providências. Outra coisa....

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Conclua, Professora.

A SRA. MARILETH SOARES DENIZ - Só para fechar: estão fechando escolas, estão colocando salas superlotadas e o resultado são pessoas doentes. Essa semana, eu tive uma companheira da Educação de Guajará-Mirim que tirou a própria vida, porque estava doente. A Educação está adoecida, o número de aulas é muito grande, tem que se rever isso. A Lei Complementar nº680, tem que se rever tudo isso.

Então, quero deixar esse recado a todos aqui e dizer, companheirada, é luta, é luta e resistência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Marileth.

Agora eu convido a Professora Léo Simão para fazer uso da palavra.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Quero cumprimentar toda a Mesa e parabenizar a fala da Claudir, que falou, tecnicamente, sobre a construção de um Plano Nacional de Educação e sobre financiamento. A fala da Presidente foi espetacular, que faz o debate falando sobre a importância da Educação e, principalmente, da valorização.

Quero parabenizar a Deputada Cláudia de Jesus, que, em pouco tempo na Comissão de Educação, tem dado o seu recado. E, aquilo que foi falado é vergonhoso, porque é o segundo grande movimento que eu participo em que a Presidente da Comissão de Educação não se faz presente.

E nós temos que repudiar, sim, enquanto trabalhadores em Educação, e quero, deputada, nesse momento, me solidarizar com você como mulher. Desde o início do seu mandato, você

vem sendo violentada nesta Casa de Lei. E ontem, mais uma vez, você que nos representa como mulher, que é a nossa parlamentar, sofre essa violência, pelo mesmo deputado.

Nós, enquanto sindicato, já conversamos, não é, Presidente? Vamos nos posicionar, em solidariedade e em repúdio, à ação do deputado, que vem violentando não só a senhora, mas todos que têm uma posição diferente da dele.

Quero dizer a todos vocês que a minha fala aqui é só para reafirmar tudo o que já foi dito, mas que a educação se constrói com políticas públicas, com políticas de Estado. O Plano Nacional de Educação e os debates que nós fizemos, enquanto sociedade civil organizada, enquanto Poder Público, enquanto profissionais de educação, enquanto pais de estudantes, diz que a educação precisa ser respeitada através de políticas que realmente insiram, que incluam e que respeite.

E nós, deputada, vamos ter um longo desafio, principalmente por muitos que estão aqui e que não nos representam. O desdobramento do Plano Nacional vai acontecer nos municípios e nos Estados. E precisamos construir o novo Plano Estadual de Educação - teremos grandes desafios. E esse Plano que será construído, precisa levar em consideração as questões regionais, as nossas particularidades, e que o respeito às diferenças precisa estar lá. Teremos desafios.

Pedimos aqui, desde já, o apoio e dizer que nós, enquanto sindicato classista de luta, que faz o debate sobre educação, não vamos, não vamos permitir agressões. Não vamos permitir.

Quando nós viermos para cá, nesta Casa de lei, para aprovar um projeto, não temos dúvidas de que, ao ser implementado, transformará a educação desse país. E o Plano Estadual de Educação tem que ser com base no Plano Nacional

de Educação, que, para nós, ali diz tudo. É isso, muito obrigada.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Professora Léo, pela contribuição, pelo apoio.

Eu convido agora o Alex Duarte, professor da Escola Estadual no Município de Itapuã do Oeste.

A SR. DIONEIDA CASTOLDI - Deputada, enquanto o Alex não chega à tribuna, queremos registrar aqui que estamos transmitindo a Audiência e os nossos companheiros em todo o Estado estão assistindo e mandando abraços.

Então, um grande abraço a nós que estamos presentes, um abraço aos nossos trabalhadores que estão no Estado afora, e, em especial, um abraço de Vilhena para todos nós. Está bom, gente?

O SR. ALEX DUARTE DO ESPÍRITO SANTO - Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, deputada. Parabéns por nos receber mais uma vez. Boa tarde a todos da Mesa e uma boa tarde especial a todos os servidores da educação do Estado de Rondônia.

Bom, sobre os deputados que aqui não fazem presente, eu tenho comigo uma análise que é minha, é muito pessoal. Acredito que a grande maioria - e não vou generalizar, porque toda generalização é errônea e odiosa - mas a grande maioria não está aqui porque é covarde. Não estão aqui porque têm medo de nos enfrentar. Não estão aqui porque sabem das condições que nós estamos enfrentamos na sala de aula. Então, ficam só fazendo suas prosopopeias flácidas, propagandas,

mas não têm coragem de vir aqui nos enfrentar e para poder escancararmos a realidade na frente deles.

Sobre as condições de trabalho, escrevi esses dias nas minhas páginas, fiz um pensamento, e gosto muito de fazer essas análises. Eu coloquei assim: para ser professor hoje, no Brasil e em Rondônia, é preciso ter uma dose de utopia misturada com loucura, responsabilidade, ética, amor, determinação e coragem. Muita coragem. Eles não têm. Nós temos. E é por isso que estamos aqui.

Sobre a carga horária de trabalho, eu falei isso há umas semanas atrás: somos os únicos professores do Brasil, autoridades, os únicos, que, mesmo respeitando os 2/3 que estipula a Lei do Piso Salarial, com 27 horas de sala de aula, tivemos uma mudança em 2014 e 2015, e somos os únicos que, proporcionalmente, mais trabalhamos no Brasil em relação à sala de aula.

Temos 32 aulas. Como falta professor, estou com 39 aulas. Tenho mais de 700 alunos. Não existe professor no Brasil que trabalhe mais que o professor Rondoniense, principalmente aqueles que têm dois contratos. Não existe.

E lembro que, em 2021, ainda era Diretor do Sintero em Guajará-Mirim, e vi uma pesquisa internacional - que saiu na Globo, inclusive - que o professor Rondoniense está entre os 4 professores do Brasil que têm mais alunos. De acordo com a pesquisa, o ideal no segundo ciclo - fundamental II e no ensino médio - é que seja 200 alunos, para que, dentro de cada área específica, o professor possa atender aquele aluno de maneira adequada.

Eu tenho 700! Tem professor que tem 900 alunos. É surreal! É uma situação absurda! Não tem como fazer um trabalho de qualidade. Como vou selecionar para 900 alunos com 8 ou 9 componentes curriculares?

Eu sou professor de história e sociologia. E tem colegas trabalhando, como o Biólogo trabalhando no Inglês, trabalhando Língua Portuguesa, e por aí vai. É uma vergonha!

Semanalmente. Essa carga de trabalho, Doutora, é semanalmente. Trabalho 32 aulas por obrigação, de acordo com o plano, para completar, porque são aulas de 48 minutos. Então, não são aulas de uma hora para completar as 27 que determina a Lei do piso. São aulas de 48 minutos. Trabalho semanalmente 32 aulas, mas, como faltam professores, tem horas extras, acabo trabalho 41 aulas, não são 39, não, são 41 aulas por semana. É uma loucura.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS (Presidente) - Esgotou seu tempo, mas pode concluir.

O SR. ALEX DUARTE DO ESPÍRITO SANTO - Sobre as condições de trabalho, é lamentável. Que dentro da Seduc, a gente ainda escuta que, se os indicadores de Rondônia estão desse jeito, é porque os professores rondonienses não planejam.

Quem fala isso, possivelmente, com todo respeito, deve ser algum Tutancâmon que não entra em sala de aula há mais de 60 anos. Não tem cabimento uma coisa dessas. Eu tenho todo o meu planejamento aqui, aqui! Tenho o meu planejamento: 9 turmas, 11 componentes curriculares, alunos com necessidades especiais.

Posso colocá-lo aqui agora. Tenho todo o meu planejamento metodicamente feito, que excede - e muito - as 5 horas que tenho obrigatórias para poder planejar. Eu planejo o domingo o dia inteiro. Domingo o dia inteiro, para conseguir trabalhar durante a semana. É uma vergonha, e essas são as condições de trabalho do professor rondoniense hoje.

E, para fechar, deputada, sobre a militarização e sobre a mediação tecnológica, as autoridades devem saber disso: é um crime de lesa-pátria. A mediação tecnológica começou com o Governador Confúcio Moura e era para ser implementada no interior, como bem lembrou a deputada. Mas ele já começou na zona urbana. Ele deturpou, e começou na zona urbana há mais de 10 anos. Há mais de 10 anos.

Meu irmão, gêmeo univitelino, o único que tenho, caiu de moto indo para uma escola rural de mediação tecnológica há 10 meses. Ele quebrou o joelho, comprometeu a bacia, toda a coluna, e fez "n" documentos, todos protocolados na Seduc, na Superintendência de Ariquemes, para tentar receber as gratificações que foram retiradas. Não tem cobertura para quem sofre acidente em serviço. Ele ainda teve as gratificações retiradas.

É um abuso, é uma falta de respeito com o servidor que se dedica há 18 anos em sala de aula! É geógrafo, educador ambiental, está sempre à disposição da Superintendência de Ariquemes, dando palestras, formações, e não recebe um centavo por palestra – apenas para dar aula. Mas ele é formador e está lá trabalhando. Quando sofreu o acidente, o Estado o jogou no esquecimento. Além de ter que pagar com todo o tratamento, ainda tiraram as gratificações que ele recebe. É uma coisa absurda!

E sobre a militarização, eu não sei como o Ministério Público Federal ainda permite que isso aconteça. E até o Ministério Público Estadual. É inacreditável: um militar aposentado, como a Professora Marileth acabou de lembrar, um militar aposentado dentro de uma escola. Esse militar, que não tem sequer o ensino médio, com todo respeito, ganhando duas, três vezes mais do que um professor com mestrado ou doutorado. É uma vergonha inaceitável!

Algumas escolas do interior estão com o piso quebrado. Piso quebrado! Ar-condicionado sem conserto. Sala de recursos especiais abandonada. Salas de recursos especiais para atender alunos com múltiplas necessidades. Tenho aluno com quatro, cinco necessidades especiais. Um professor que, na maioria das vezes, fez uma pós em uma determinada área, tem que atender a todos. Eu ainda tenho que produzir material para auxiliar. É surreal a realidade do professor rondoniense hoje, enfrentando para trabalhar neste Estado. **(manifestação na galeria)**

E sobre essa situação do desmonte da educação, isso já vem acontecendo há algum tempo, desde o Governo do Confúcio. A mediação tecnológica é um crime de lesa-pátria. Os militares dentro da escola pública também são um crime de lesa-pátria. Voltem para a rua e vai trabalhar na segurança pública. Nós precisamos de formação continuada. Nosso lugar é dentro da escola. Militar é na rua.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Professor Alex. Convido agora Professora Alemmar.

A SRA. ALEMMAR FERREIRA DA FONSECA - Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, deputada.

Gente, eu tenho uma conjectura. Por exemplo, nós temos esses profissionais que estão chegando às escolas - eles são bem formados e tudo mais -, mas as condições em que eles estão chegando às escolas é que dificultam. E isso vai refletir muito este ano, pois temos as provas externas. Quiçá, Rondônia ficará na pior colocação em educação. E não é porque os professores são ruins - são as condições que são as piores.

Você está em sala de aula, a toda hora pensando que seu contrato vai acabar. Que você não sabe como ficará sua vida, que está ganhando menos que um salário mínimo, mesmo trabalhando tanto quanto um professor concursado. E isso vai refletir.

Porque não existe chicote no mundo que faça com que as pessoas ofereçam um bom resultado no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), no Pisa Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, no Saero (Sistema Permanente de Avaliação da Educação de Rondônia) – provas que já estamos tendo agora. Isso é muito preocupante. Porque vai refletir.

E depois, no ano que vem, não vão procurar soluções, vão procurar culpados. É isso que vão fazer: procurar culpados. Desde já, nós sabemos quem são os culpados, quem levará a culpa: nós, os professores. Vamos ser acusados de incompetência, de que não sabemos ensinar, de que não oferecemos qualidade de ensino.

Então, penso que a gente precisa se posicionar. Precisamos cobrar, porque sabemos que são políticas públicas. São políticas públicas. Está embasado em lei? Está. Mas eu acho que está na hora de a gente levantar a bandeira e ir contra isso.

E o meu outro questionamento é: até quando o aposentado vai ter que pagar novamente? Tenho falado para os nossos alunos, porque a ideia que estão passando para os meus alunos é: "Os jovens precisam trabalhar para pagar a aposentadoria de vocês que vão se aposentar, de vocês que estão se aposentando." Eu digo: "A minha não, porque eu paguei. Cadê o dinheiro que foi descontado do meu salário?"

Então, não venham mentir para os nossos alunos, dizendo que eles têm que pagar a minha aposentadoria, porque eles

não têm. A gente tem que terminar. Nós, professores, também temos que entrar com esses discursos, porque eles vêm falar com a gente, que já temos idade e vamos nos aposentar.

Então, esses são os meus questionamentos, uma reflexão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Professora Alemmar.

Agora convido o Professor Manoel Rodrigues, Secretário-Geral do Sintero.

O SR. MANOEL RODRIGUES DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Deputada Cláudia. Parabéns pela propositura. Cumprimento o Ministério Público, o senhor Diego, procurador, a CNTE, a Nilce, representando a Seduc, e nossa Presidente Dioneida Castoldi.

Não sei, Deputada Cláudia, se vou conseguir falar em três minutos, porque tenho muita coisa a dizer. É uma pena. Veja bem, sou professor de formação, mas técnico de profissão, e estou na ativa na Escola João Bento da Costa, uma das maiores do Estado de Rondônia. Então, sei o que estamos passando, Dioneida, dentro das escolas. Você falou dos sofrimentos dos professores, mas os técnicos estão muito mais que os professores.

Estamos com os programas criados pela Seduc, as secretarias estão abarrotadas com o TCAE (Teste de Conclusão de Ano Escolar), progressão e retenção. São programas que precisam ser reavaliados. Hoje, os alunos não querem estudar, não ouvem os professores, porque dizem: "Vou fazer o TCAE."

Ele vai para aquela provinha, passa de ano, depois fica em três matérias, faz mais duas, faz a progressão, faz um

trabalho e fica rindo da cara do professor, sem ter aprendido nada. É preciso rever essa situação do TCAE, da progressão e da retenção.

Preciso também esclarecer uma outra coisa aqui, porque estamos em um Estado em que a maioria são militares. "Ah, o Sintero é contra a escola militar." E aí, Dioneida, preciso fazer uma observação: nós não somos contra a escola militar, o que é diferente da escola militarizada.

A escola militar tem que existir. E penso que o Governo Marcos Rocha, que é militar, deveria construir mais umas 10 escolas Tiradentes para os filhos dos militares, com o dinheiro da segurança pública, e não com o da educação pública. O que estamos questionamos é o investimento público na escola pública militarizada, onde há uma grande discriminação, e o Ministério Público tem papel fundamental nessa fiscalização.

Fiquei muito triste, presidente, ao ver aquele decreto que você apresentou agora há pouco, abrindo a seleção de voluntários para as escolas.

Por que não foi publicado já o decreto do concurso público? Cadê a Assembleia Legislativa, Deputada Cláudia? Cabe ao Parlamento. Esse Parlamento precisa prorrogar o Plano Estadual de Educação, aprovado e vencido no ano passado. É preciso que os deputados façam seu papel. Porque ano que vem eles vêm bater na porta de vocês pedindo voto.

Me desculpem o desabafo, mas esta Mesa, em que pesa daqueles que justificaram ausência, deveria estar super lotada, porque a Educação é a base de tudo. Ninguém vai a lugar algum sem passar pelo banco escolar. O professor forma todas as profissões, inclusive os parlamentares. E, quando chega em um momento como este, cadê eles? Fugiram. É preocupante. Chamo a atenção: vocês precisam construir

educação pública junto com os trabalhadores da educação deste Estado!

Precisamos de valorização. Nossos técnicos estão sem aumento há muito tempo. Hoje, um técnico que é contratado de forma emergencial ganha mais do que um técnico com 20 anos de serviço, passando do Nível 1 para o Nível 2.

A Escola João Bento da Costa precisa rever sua tipologia. Uma escola com 3.400 alunos conta com apenas um secretário para atender a todos. Precisamos rever muitas situações. "Ah, mas a escola não está na periferia." Mas tem 3.400 alunos. Sabemos do sofrimento daquele secretário. Nós precisamos, no mínimo, de dois secretários. Cadê a supervisão? Não há supervisão a noite na Escola João Bento da Costa.

Mas vimos agora que não é que não tem dinheiro, não. A Seduc não fechou os 25% mínimos da Educação e não tem como fechar neste mês. Precisa abrir seleção para voluntários para a escola? Me desculpe, Nilson. Talvez você nem precisasse ouvir isso, porque você é um companheiro, como disse a Dioneida. Mas, ao assumir um cargo, precisa ouvir, pois está representando o governo. Talvez não para você, mas o governo precisa saber que a nossa educação estadual está uma maravilha no Estado.

Precisamos refletir. Precisamos de investimento. Precisamos rever os projetos pedagógicos das escolas, como o TCAE, progressão e retenção, que não ensinam nada. Os alunos estão rindo da cara dos professores e apenas mudando de série. E a qualidade do ensino, para onde vai? Precisamos rever essa situação.

Quer fazer escola militar? Faça. Eu apoio, com o dinheiro da segurança pública, não com o dinheiro da educação pública. Então, deixo bem claro: o Sintero não é contra a

escola militar. Somos contra escolas militarizadas, que é diferente. Desculpem o desabafo.

E eu gostaria muito que hoje todos os trabalhadores estivessem ouvindo e assistindo a este debate, que é debate de suma importância para a melhoria da qualidade do ensino e da nossa escola pública de qualidade.

Estou usando a camiseta com a frase: "Não vendam nossas escolas". "Ah, mas não chegou em Rondônia", mas já chegou ao Paraná, ao Rio de Janeiro, e é um passo. Porque a militarização, senhora representante do Ministério Público, começou lá fora, chegou a Rondônia. E, daqui a pouco, estarão privatizando a escola pública de Rondônia, se não abrirmos os olhos. Então, não vendam a minha escola! Não vendam! E, quando o Sintero chamar, venham para a luta.

Desculpem se ultrapassei o tempo. Desculpem o desabafo. Parabéns, Deputada Cláudia de Jesus. Parabéns a todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação que estão aqui presentes. E os nossos técnicos precisam de concurso público, precisam de valorização e precisam de dignidade. Todos nós precisamos de valorização.

Que Deus abençoe e ilumine cada um e cada uma, e que nos dê sabedoria, como fez com Salomão. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Professor Manoelzinho, pela contribuição, pela participação.

Agora convido a Professora Rute Barbosa, da Escola Alta de Souza.

A SRA. RUTE BARBOSA DA SILVA - Boa tarde a todos. Meus cumprimentos a todos da Mesa.

Percebi aqui, nas falas dos companheiros, que a maioria de vocês é do Estado. Eu sou do município, mas também trago, neste momento, a minha indignação diante do desmonte, aos poucos, da educação.

Porque sou professora da rede pública municipal há 15 anos - completarei 16 anos este ano. Tenho três graduações: sou formada em Pedagogia, Psicologia e, agora, estou concluindo Letras-Libras. Já tenho 17 especializações. Quando encontro um problema em sala de aula, ou com os colegas, ou na escola ou dentro da área da educação, vou fazer uma pós-graduação para entender. E saio de lá com mais questionamentos.

Terminei um mestrado agora na Unir, sou mestra em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, e estou finalizando o doutorado. E, ainda assim, isso não responde as perguntas que me faço frequentemente para estar em sala de aula. Estou em dois horários. Fiz todas essas formações por conta própria. Não consegui tirar licença-prêmio. Tenho três licenças-prêmio vencidas, para poder estudar. E o que eu queria era só estudar. Não me deram. Fiz sem licença-prêmio mesmo.

Duas vezes fui à secretaria pedir a licença-prêmio e me disseram: "Nem pense. Tem gente com três e não conseguiu. Você não é a privilegiada com uma que vai tirar." Mas é um direito meu.

Há muitos direitos nossos que não são respeitados. O direito de trabalhar em uma sala com uma quantidade adequada de alunos, para que possamos alfabetizar. Sou alfabetizadora, estou no primeiro ano, e gosto de alfabetizar. É algo que sei fazer, mas há superlotação.

As crianças atípicas não são um problema para nós. Digo como professora: elas não são. O problema é termos que atender cada uma na sua especificidade.

A escola não tem recursos. Alguns cuidadores, quando chegam, não têm formação adequada. Estão na sala mais para vigiar o professor do que para cuidar realmente do aluno, na realidade. Entendeu? São muitos os direitos nossos que são vergonhosamente desrespeitados.

E aproveito este ensejo, diante das autoridades, para que ouçam as nossas falas e a deputada que abriu esta sessão para que pudéssemos falar. Acho que estou sendo repetitiva, mas falo de dentro do municipal, que até mesmo como cidadã, vejo muitas coisas inadequadas.

O nosso salário não cobre e tiramos dinheiro do bolso para comprar material para os alunos. Vemos crianças que vão à escola por uma única alimentação no dia. São crianças que vão para comer, não para estudar. O nosso trabalho e a nossa luta, são difíceis. Agradeço a oportunidade de falar.

E, gente, quando o Sintero ou outros sindicatos convocarem, venham! Viemos em número pequeno, mas tenho certeza de que cada um aqui trouxe seu sentimento de responsabilidade e de luta pela nossa categoria. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Professora Rute. Parabéns pela sua fala. De fato, é isso. Um movimento sindical, seja da Educação ou demais categorias - especialmente aqui o Sintero - tem essa responsabilidade e tem feito um papel importante.

Vemos as conquistas que têm tido e as grandes lutas que têm travadas. Se não fosse esse trabalho da categoria, tenho

certeza de que o que hoje já não está bom estaria muito pior. Por isso, é importante essa unidade para lutar por direitos.

Já ouvimos os inscritos e, agora, vamos retornar à Mesa para concluirmos a nossa Audiência Pública. O objetivo é, justamente, mediante das falas que foram feitas - das participantes, das duas professoras - apresentou toda essa situação do Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual, e todas essas colocações, para que também, aqui, as nossas autoridades possam utilizar suas falas dando alguma alternativa, alguma resposta, algum encaminhamento, para que a gente possa, juntos, fazer algo dentro daquilo que foi proposto nesta Audiência Pública.

Eu quero agora passar a palavra para o senhor Nilson Gonçalves Vieira, que é diretor técnico e, neste ato, representa a Secretária de Estado da Educação. Quero agradecer, Nilson, por estar aqui com a gente. Havíamos feito o convite à Secretária, que não pôde comparecer, mas agradeço por você estar aqui para falar com os nossos profissionais da educação.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Obrigado, deputada. Boa tarde a todos. É uma satisfação estar aqui com vocês. Peço desculpas pela ausência da nossa secretária, que tinha um outro compromisso.

Quero cumprimentar a Deputada Cláudia; a companheira Claudir; o Doutor Diego, Procurador e Subdefensor Público; a Doutora Luciana Ferreira; a nossa companheira Professora Dioneida; e também meus colegas assessores da Seduc: a Doutora Wanda, a Sheila, a Isis, o Doutor Abnael e a Sandra. Cumprimento ainda todos os colegas professores e técnicos educacionais.

Em nome do Manoelzinho, cumprimento todos os técnicos educacionais do Estado de Rondônia. É uma satisfação estar aqui com vocês. Quero dizer que anotei tudo. Não deixarei passar nada, tá? Eu anotei tudo.

Com relação ao concurso público, quero dizer o seguinte: realmente, ainda não estamos do jeito que gostaríamos. Nós precisamos melhorar muito. Sou professor do Estado de Rondônia, tenho 36 anos de serviço ao Estado. Mas quero dizer que eu não estou apenas em cargo comissionado. Estou lá porque eu sou professor, trabalhei 30 anos dentro de escola, sendo 16 anos como diretor escolar. Então, eu sou professor e conheço bem a realidade das escolas. Sou do chão da escola.

Sempre digo para as pessoas que os cargos são temporários. Quando este terminar, voltarei à minha realidade: que é a escola. Por isso, conheço bem as demandas, o chão e as dificuldades da escola.

Desde que cheguei à Seduc, fui convidado para vir para a Seduc, devido ao trabalho que realizamos em uma escola da zona sul de Porto Velho, em uma escola da periférica. Sendo convidado para vir para a secretaria.

E desde de 2019, temos trabalhado muito. Quando cheguei na secretaria, cheguei com o compromisso: de ajudar a valorização da categoria. E nós fizemos isso. Vocês são conhecedores disso. Já avançamos um pouco, avançar muito.

Nós sabemos que melhoramos, um pouco, a estrutura das escolas. Não são todas, mas das 406 escolas estaduais, entre esse período de 2019 a 31 de dezembro de 2024, 312 escolas foram reformadas. Investimos também na valorização dos profissionais da Educação. Temos pago o piso salarial, vocês sabem muito bem disto. Em 2019, o piso era de R\$ 2.557,00. Hoje, com o novo reajuste, está em R\$ 4.867,00. Nós avançamos.

Com relação à valorização de cursos de Mestrado e Doutorado, a professora disse que não conseguiu licença para cursar o Mestrado e o Doutorado. Está previsto em lei, professora - cadê a professora que falou? -, inclusive, o Sintero faz parte da comissão, não são apenas os técnicos da Seduc que decidem se a senhora tem direito ou não.

Independentemente de qualquer coisa, tem que abrir um processo, porque vai analisar é essa comissão - da qual a maioria dos membros da comissão são parte do Sintero. A Professora Dioneida está aqui, eu fiz parte dessa comissão, e praticamente nenhum processo de mestrado ou doutorado foi reprovado. Nenhum. **(manifestação da galeria)**

Ah, a senhora é do município? Perdão. Mas, para os professores do Estado, temos concedido esses direitos. Concedemos licenças. Deixe-me demonstrar os números aqui, que eu trouxe aqui, me permitam.

Mas, nós temos atualmente, 20 professores da rede estadual, que a Seduc está pagando para fazer doutorado na Faculdade Católica. Além disso, temos 165 professores fazendo mestrado. Ou seja, temos valorizado e investido na formação dos professores. Precisamos melhorar? Precisamos. Melhoramos a estrutura das escolas? Melhorou. Mas ainda precisamos avançar muito mais.

Estou de acordo com vocês. Eu entendo. E como já disse, sou do chão da escola, sei de todas as dificuldades que vocês passam. Digo a vocês, que somos parceiros. O sindicato tem as portas abertas para entrar e conversar com a gente a na hora que quiser, assim como qualquer servidor.

Com relação ao concurso público, está previsto, colegas, para o mês de julho, tanto para Professores quanto para técnicos educacionais. Nós não vamos deixar permitir a privatização da educação. Não vamos deixar de jeito nenhum,

minha gente. Porque isso aqui é nossa responsabilidade. Nossa secretária também é concursada, é uma profissional de carreira e comprometida com a educação.

O último concurso, como mencionou a Dioneida, foi em 2016. Não é justo estarmos enchendo o cofre do INSS, essas contribuições dos servidores emergenciais poderiam estar indo para o Iperon. Mas, com os processos emergenciais, como os colegas falaram, o professor e o técnico se sentem inseguros. Estamos finalizando todo levantamento, e acredito que, até julho, o concurso será lançado para Professores e técnicos educacionais.

Sobre os readaptados - eu pontuei algumas coisas, não sei se eu tenho muito tempo, deputada. Mas não tomarei muito tempo - realmente, temos muitos servidores readaptados, e isso é um problema sério. Porque o readaptado adoeceu exercendo sua função. Nós também concordamos que o servidor deve manter suas gratificações.

Precisamos melhorar a situação desses servidores, principalmente os professores. Pois eles têm que trabalhar de acordo com o cargo que ele foi aprovado no concurso. Porque que o professor readaptado não pode ser auxiliar de supervisão ou de orientação? Por que um professor de História, readaptado, não pode auxiliar no planejamento de outro professor? Ou ajudar na correção de atividades? Precisamos melhorar.

Na verdade, precisamos fazer uma readequação na Lei nº 680. E essa lei não pode ser feita entre quatro paredes. Deve ser feita com a participação de todos: do sindicato, de todos. Sou defensor de uma nova elaboração da Lei nº 680, onde o sindicato tenha a sua participação.

Não adianta apenas melhorar as estruturas, colocar ar-condicionado nas escolas, se não melhorarmos o salário dos

nossos servidores da educação. Quando nos aposentamos – e falo isso, pessoal, porque estou igual a vocês, tenho 36 anos de serviço e também irei me aposentar –, o salário não é essas coisas toda. Melhoramos bastante.

A algum um tempo atras outros técnicos com nível superior ganhavam mais do que professores. Hoje, a situação melhorou, melhorou um pouco – não porque o salário aumentou muito, mas porque as outras categorias elas estabilizaram, estancaram. Mas a gente precisa melhorar muito mais.

E tenho certeza de que, com a colaboração de cada um de vocês, vamos melhorar o ambiente de trabalho, a estrutura das escolas e a questão da gestão escolar. Temos a Lei nº 3.018, da Gestão Democrática. Ela está em vigor. O único artigo revogado foi o da eleição, mas os conselhos escolares continuam sendo escolhidos pela própria gestão da escola.

Precisamos melhorar também a situação do atendimento. É importante a gente valorizar as pessoas que contribuem com a educação. Olha, 95% dos nossos servidores estão na ponta, nas escolas. São vocês que dão os resultados. São vocês que elevam o Ideb. São vocês que fazem as coisas acontecerem. São vocês que sentem lá na ponta. Quem é que pega a primeira pancada lá na ponta? Quem é que recebe? Qual é o servidor? De cara, quando entra um pai lá na escola, o servidor que recebe é o Porteiro, que já vai pegando porrada. Quando chega no diretor, todo mundo já apanhou.

Por isso, digo: todos são importantes. Não somente o Professor, mas os técnicos educacionais, as merendeiras, as zeladoras. Todos estão ali para ajudar a melhorar a qualidade da educação. E é isso que devemos conscientizar com essas pessoas. Quando perguntarem a um técnico educacional o que ele faz na escola, ele deve dizer: “Estou aqui para melhorar a educação do nosso Estado. Eu não sou a merendeira, eu não

sou a cozinheira, não sou eu que limpo o chão, mas estou aqui para melhorar a educação do Estado.”

Com relação às escolas CTPM (Colégio Tiradentes da Polícia Militar), realmente, nós temos três escolas CTPM, temos duas escolas do Corpo de Bombeiro e mais quatro escolas cívico-militares. Eu fiz essas anotações aqui, vou levar. Não tenho conhecimento de que algum Técnico, algum Secretário ou algum Vice-diretor está recebendo pela Seduc.

Esses cargos dos 13 diretores dessas escolas CTPM são CDS e são pagos pela Sesdec. E, com relação ao nosso plano, o nosso Plano Nacional de Educação, que é a Lei nº 2.614, realmente, para deliberarmos o nosso Plano Estadual, precisamos que o Plano Nacional de Educação seja aprovado. Esse plano está lá desde 2000, acho que é 2023, não é? 2024, que está lá no Congresso para ser aprovado e não foi aprovado ainda.

E a gente precisa também do engajamento dos nossos deputados federais, aqui do Estado de Rondônia, e do engajamento dos nossos senadores para que aprovem o nosso plano, porque esse plano dará uma direção para a elaboração do Plano Estadual de Educação.

Esse Plano Estadual de Educação também tem que ser construído junto com a sociedade civil, com os sindicatos, com a Sefin, e, principalmente, com os nossos setores da Seduc que trabalham com orçamento, porque lá estão as metas financeiras. E a gente precisa deixar isso no planejamento.

Outra situação, com relação à titularização, a meta 17. A meta 17 é uma pauta de reivindicação há muito tempo, realmente desde 2015, que foi lançada a meta 17. O Plano Estadual diz que, para a pós-graduação, o professor que ganha 15% seja aumentado para 25% até o final do plano. E já estamos finalizando o plano e isso não aconteceu.

Mestrado, que é 20%, passa para 50%. Estamos finalizando o plano, não aconteceu. Doutorado, que é 25%, passa para 50%. Não aconteceu. Mas a grande novidade que eu trago para vocês é que está em estudo, sim. É sério, está em estudo. E eu digo para vocês, calma, eu estou acompanhando, não se preocupe, eu tenho um compromisso, eu tenho um compromisso com vocês.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Essa pauta é sua, não é, Nilson? **(fora do microfone)**

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Essa pauta também é minha. Sou um dos maiores interessados nessa pauta. E digo a vocês que temos um técnico que já está fazendo esses estudos, porque a gente fica só falando em estudo, estudo e, não acontece. Esse é o grande detalhe. O sindicato e a categoria querem uma data. Eu quero uma data de quando isso vai acontecer.

Então, meus amigos, digo a vocês que a Seduc está de portas abertas. Nós estamos aí e queremos fazer o melhor para toda a categoria, o melhor para os nossos servidores. E dizer que nós estamos à disposição. A Seduc está de portas abertas, comigo não precisa marcar agenda. A hora que vocês chegarem lá, é só aguardar um minuto que eu estarei lá pronto para atender. Está bom? Estou aqui para tirar qualquer dúvida de vocês, estou sempre à disposição. Muito obrigado a todos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Nilson, pela contribuição.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Deputada Cláudia, não sei como vocês usam quando a gente quer entrar na palavra do outro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS- Sim, pode falar, eu concedo a palavra para você.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Obrigada.

Nilson, no Estado de Rondônia existe alguma escola militar?

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - No Estado de Rondônia não existe nenhuma escola militar. Eu não conheço nenhuma escola militar. Militarizada é outra situação.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Então, por que eu fiz essa pergunta? Porque o nosso posicionamento é contra as escolas militarizadas.

Então, se Rondônia não tem nenhuma escola militar, nós somos contra as 13 escolas que existem aqui, que são militarizadas, e que somos nós que devemos estar gestando e fazendo a educação acontecer lá dentro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Dioneida.

Agora eu passo a palavra para o Excelentíssimo Doutor Diego César dos Santos, Subdefensor Público-Geral do Estado de Rondônia, que, nesse ato está representando a Defensoria Pública Geral do Estado.

O SR. DIEGO CÉSAR DOS SANTOS - Obrigada, deputada. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Claudia de Jesus, obrigado pelo convite.

Estendo o cumprimento também à Professora Claudir Magalhães, à Professora Dioneida, ao Senhor Nilson Gonçalves, à Excelentíssima Promotora, Doutora Luciana.

Eu sou suspeito para falar quando se trata do assunto valorização dos profissionais da Educação, porque, se estou tendo a oportunidade de conversar com os senhores e senhoras, hoje, é porque eu fui criado por uma mãe solo, que era professora e posteriormente se tornou coordenadora pedagógica, que dedicou toda a vida dela à educação.

Então, como Defensor Público, eu sempre irei defender a escola pública, sempre irei defender as políticas públicas. Sempre irei defender o que está disposto na nossa Constituição Federal, especialmente o artigo 206, que elenca alguns princípios, e dentre eles a valorização dos profissionais da educação, uma gestão democrática, planos de carreira.

Uma educação forte se faz com a valorização dos professores e das professoras e todo o corpo administrativo pertencente à área da educação.

Para um professor ou uma professora conseguir se dedicar, ele ou ela tem que estar, a meu ver, opinião minha, totalmente motivado (a). Tem que ser motivado constantemente. Isso se faz com plano de carreira, com formações continuadas, para que isso venha a refletir lá na ponta, que são os nossos alunos, e, conseqüentemente, aumente nossos índices educacionais.

A Defensoria Pública realiza e trabalha juntamente com a Seduc, com o Tribunal de Contas, com a IFRO, em diversas frentes no que diz respeito à área da educação. Cito aqui, por exemplo, a busca ativa escolar, em que profissionais da Defensoria Pública, defensores, servidores, são cadastrados em plataforma da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) com o objetivo de enfrentar a evasão escolar.

Temos também parcerias com a Seduc no que diz respeito ao Programa "Pé-de-Meia". E o mais novo projeto da Defensoria Pública, que é juntamente com o Tribunal de Contas do Estado e com a IFRO, é a central de vagas em creches. Porque estudos realizados demonstram que, salvo engano, apenas 7% das crianças mais pobres têm acesso à creche.

Então, é uma forma de a gente promover acesso à educação infantil e promover justiça social desde os primeiros anos de vida. **(manifestação da galeria)**

Com certeza também. Construir mais creches para que as mães e os pais tenham condições de deixar a criança na escola e trabalhar, exercer suas funções, trabalhar para obter uma vida digna.

Não vou me alongar muito. Quando o assunto se trata em valorização dos profissionais de educação, eu, como Defensor Público, sempre irei defender, porque a gente só vai conseguir mudar esse país valorizando a educação. E, quando se valoriza a educação, isso reflete na sociedade como um todo. Eu cito, por exemplo, a diminuição de índices de criminalidade.

Eu, como Defensor Público, já atuei muitas vezes na área criminal, e vemos que muitas pessoas que estão na criminalidade não têm acesso ou têm um índice enorme de evasão escolar. Normalmente, nem sequer completaram o ensino fundamental.

Então, a educação é o caminho. Esperem sempre da Defensoria Pública total apoio para o diálogo com as instituições e para apresentar solução concreta também quando o assunto se trata em educação pública.

Muito obrigado. Agradeço mais uma vez à deputada pelo convite, e a Defensoria Pública está sempre à disposição. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Doutor Diego, pela sua contribuição e apoio aos servidores, reconhecimento.

Agora, eu passo a palavra para a Excelentíssima Senhora Luciana Rodrigues da Silva, Promotora de Justiça, que, neste ato, representa o Ministério Público do Estado de Rondônia.

A SRA. LUCIANA ONDEI RODRIGUES SILVA - Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de fazer minha saudação à Deputada Cláudia e agradecer pelo convite feito ao Ministério Público para participar desse momento, dessa audiência.

Dizer que eu estou coordenadora do Grupo de Atuação Especial da Educação do Ministério Público, desde 2023, quando ele foi criado pelo Procurador-Geral de Justiça. A partir de outubro do ano passado, também assumi a 18ª Promotoria de Justiça da Educação de Porto Velho, que é responsável pela Curadoria da Educação no Município de Porto Velho, Candeias e Itapuã do Oeste.

Em razão dessas funções, são inúmeros das atividades, os compromissos e os eventos que se realizam, mas tenho me desdobrado para conseguir participar do maior número

possível deles. E eu recebi, deputada, ontem, saindo do Ministério Público já à tarde, a informação dessa Audiência de hoje. Eu tinha um outro compromisso, mas acabei desmarcando para participar, porque essa escuta é importante, esse diálogo é importante.

Primeiro, porque, a hora que eu cheguei, fui coçando aqui, não quis ser indelicada de tomar o panfleto sem pedir à Deputada, mas essa é a Semana Nacional da Defesa e Promoção da Educação Pública.

E, quando a gente fala de escola pública, às vezes a impressão que se dá é que o que qualifica a escola pública é o fato dela não ser paga, e não é bem isso. A escola pública é bem maior que isso, ela é o lugar que hospeda todo mundo e que tem, por dever constitucional, hospedar a todos.

Agora, como se hospeda todos se você não tem estrutura que atenda às especificidades e às diferenças de cada um? Então, daí a grande dificuldade que hoje eu verifico. Tenho andado com um grupo de atuação em várias cidades do Estado e em Porto Velho também. Desde do Baixo Madeira, conheço todas essas escolas do Baixo Madeira, Ponta do Abunã todinha, Jaci-Paraná, já visitei praticamente todas essas escolas.

E a gente verifica o quão difícil, a dificuldade e o quanto falta de estrutura, de estrutura física, de recursos humanos para a gente conseguir, de fato, entregar para a sociedade aquela educação que o texto constitucional manda que o poder público entregue. Uma educação com acesso universal.

E que acesso nós temos hoje? Se só 15% das crianças na idade de creche têm acesso à creche? Segundo os dados que nós temos de relatório de monitoramento do Plano Nacional, que terminou no ano passado e foi prorrogado este ano, mas até o final deste ano.

E que é um percentual que é seguido. Se a gente for olhar os relatórios de monitoramento do Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais, o percentual de cumprimento é parecido. Nós temos 95% de cumprimento de creche e de pré-escola. Nossos alunos de 4 a 5 anos, 95% deles estão na pré-escola, mas ainda tem muitos que estão fora.

Como assegurar a vaga na pré-escola universal, que já deveria ter universalizado em 2016, se a gente tem, praticamente, um problema muito sério no campo? Não se tem, às vezes, oferta de educação infantil no campo. É só ofertar? Não, é criar estrutura, porque não tem espaço, não tem sala de aula, não tem professor, não tem profissional de educação. Tudo isso demanda políticas e estruturas que precisam ser implementadas pelo Estado.

Como que a gente vai atender e dizer que a escola é lugar de todos, se hoje nós temos, não passa disso, mas é um percentual de 45% a 50% das escolas que têm sala de recursos multifuncionais? Eu não vou entrar se elas estão funcionando, se têm professor com especialização em educação especial atendendo, e se esses professores estão recebendo a devida formação para estar nesses locais.

Nós temos, obviamente, que quando a gente olha para a Meta 4 do Plano Nacional e para os nossos planos também subnacionais, e falamos: nós temos mais de 96% nas nossas escolas crianças com deficiência, na escola regular, é um percentual até acho que acima da média para o Brasil. Mas inclusão se faz só com presença física de criança na escola. É um desafio.

Nós temos que valorizar a educação do campo, mas nós temos que ter escolas no campo. Não é só olhar para as que estão aí e, às vezes, consentir com o fechamento sem que aqueles critérios legais que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional) impõe para se fechar uma escola rural sejam observados.

Como se valoriza o aluno ou estudante do campo, se você não tem sendo ofertada a escola no campo? Como incluir? Tudo isso não pode passar ao lado quando se vai pensar em elaborar Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação.

E esse, de fato, é um ano ímpar. Nós temos que pensar nos nossos planos, mas temos que construir esses planos a partir dos diagnósticos locais. Não adianta só reproduzir o que está lá no Plano Nacional, nós temos que olhar para a nossa realidade. É importante criar e elaborar esses planos, obviamente seguindo as diretrizes do Plano Nacional. Mas com base nos diagnósticos dos nossos problemas locais. Isso não é gestão democrática?

Como que você vai entregar uma educação de qualidade, que tem como princípio a gestão, valorização de profissional, que tem como princípio o acesso e permanência de forma igualitária para todos? Que tem como princípio o padrão de qualidade? Se você não tem um plano construído, elaborado e pensado a centenas e milhares de mãos? E a gente sabe que isso, na verdade, é feito. Porque o processo de elaboração de um plano, você sabe, a educação está ali.

Agora, o grande problema, que nós precisamos vencer enquanto sociedade, enquanto instituição, é fazer com que aquilo que se planeja seja cumprido. Porque é uma dificuldade que que nós temos na nossa casa, no nosso orçamento; a gente pode fazer 300 mil planilhas. Se não conseguimos ter aderência daquilo que se planeja com aquilo que se gasta, não vamos avançar.

Então, há um momento em que é preciso, e acho que as instituições trabalham nesse sentido hoje, há um alinhamento, como foi colocado pelo Doutor Diego, das

instituições: Tribunal de Contas, Defensoria Pública, o Poder Público, os municípios, a Seduc, através das várias ações.

Tem que ser pensado em elaborar um plano, mas mais do que isso, em executar esse plano que está elaborado. Não adianta ter elaborado o X e estar fazendo o Y. Não adianta nada você ter colocado que vai garantir, vai universalizar para a escola, se você não oferece para a escola na zona rural. E o pior: não oferece transporte também para trazer quem está lá para a cidade, para estar na escola da zona urbana.

Não adianta colocar na Meta 4 que todo aluno com deficiência vai ter acesso à escola, que ele vai ter acesso ao atendimento educacional especializado, se a escola não tem sala de recurso, se ela não tem professor, se os professores não têm formação continuada e não sabem, às vezes, as diretrizes básicas da política que devem= que ser implementada para atender esse público. Então, é preciso que esses planos sejam elaborados e que, de fato, eles sejam observados.

25% do orçamento para a educação? Isso, formalmente, só não basta. Nós temos que usar esses 25% de forma correta para que, de fato, isso represente qualidade na educação.

A universalidade, a gente está avançando. Agora, nós precisamos de conseguir qualidade, precisamos de equidade. E isso é estrutural. Essas políticas precisam ser implementadas pelo poder público, senão não conseguimos cumprir plano nenhum. E tampouco entregar para as nossas crianças uma educação de qualidade conforme determina ali o Artigo 205 da Constituição Federal.

É preciso integrar a família à educação, porque ela é corresponsável. É preciso que os projetos, como foram

colocados os projetos político-pedagógicos da escola, representem aquela comunidade, que nele, de fato, sejam espelhadas as necessidades daquela escola, as necessidades daquele grupo, daqueles professores, do corpo discente e docente, de toda a comunidade escolar, para, a partir disso, você construir uma base sólida, um processo de ensino e aprendizagem que efetivamente traga resultados e faça com que a escola atinja, de fato, a sua finalidade.

Que é desenvolver a pessoa cognitiva e socialmente, que é preparar as pessoas para o mercado de trabalho e que é, principalmente, tornar cada um de nós cidadãos constitucionais, pessoas capazes de exercer os seus direitos e de enxergar aquilo que é seu direito e também seu dever.

E, a partir daí, a gente construir, de fato, uma sociedade justa e solidária que o texto constitucional manda que construamos. E, obviamente, construir uma sociedade justa e solidária, erradicar marginalização, erradicar pobreza, promover o bem de todos sem qualquer tipo de discriminação, tem como base a educação e tem como base o trabalho dos senhores aqui hoje presentes.

O Ministério Público atua na defesa e vou dizer que a gente não tem tempo aqui, mas todos esses problemas que foram colocados aqui e falados por vocês, grande parte deles hoje nós temos um procedimento, um inquérito civil, uma notícia de fato; muitos deles já estão com algum acompanhamento e já há um trabalho contínuo sendo feito com a Seduc.

Concurso público. O Nilson está aqui, o Abinael está aqui. E quem é da Seduc sabe que, desde o ano passado, quando a gente tinha, no início do ano, mais de 600 turmas sem professor e com reclamação e denúncias chegando ao Ministério Público aos montes todos os dias, começamos a fazer um

levantamento diagnóstico para saber o que estava acontecendo.

Nós temos um Estado que tem mais de 13 mil professores, mais de 13.600, segundo os dados do Censo 2024. Mas nós temos problemas também: um grande número de professores temporários e um grande número de professores cedidos, que deveriam estar na sala de aula e não estão. E que, por isso, é sempre uma série de coisas. São várias causas. Então, o professor que deveria estar na sala de aula não está. A sala fica vazia.

E o Estado tem que contratar, o município tem que contratar. Obvio, o Estado, então, vai ter que tomar uma providência. Ele contrata. Isso resolve um problema? Resolve, a sala tá com professor, mas surge outro. O professor é temporário, e nós temos os problemas das formações, das capacitações e o quanto isso impacta. O professor é preparado, preparado, preparado, e, daqui a pouco, ele sai. E o tanto de recurso que foi investido nesse profissional? E que vai com ele quando ele sai. Então, veja, são várias questões.

Nós estamos acompanhando a questão do Plano Estadual da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva do Estado. Tem um procedimento, eu tenho feito reuniões reiteradas e cobrando da Seduc o tempo todo.

O procedimento foi convertido em inquérito civil. "Ah, por que não agiu a extração ainda?" Porque a análise que eu estou fazendo, por enquanto, e eu ainda vou manter a atuação extrajudicial. Até o momento em que, por uma análise jurídica, entender-se que o ajuizamento da ação é o melhor caminho para se garantir o direito, se isso acontecer, obviamente, nós vamos adotar as medidas cabíveis.

Mas todos esses problemas que vocês apresentam, que foram falados vários aqui, eu nem me lembro de todos. Eu aqui não sou o Nilson, não sou da Seduc, mas fiquei com dor de cabeça, falei: "O Nilson está aqui." Porque são muitos, mas todos eles a gente acompanha, e também do município.

São muitos procedimentos. Hoje, para vocês terem uma ideia, são mais de 400 procedimentos só na promotoria da educação, cuidando de Porto Velho. Então, nós teríamos que ficar dois, três dias conversando sobre cada um desses temas que vocês colocaram.

Várias ações foram realizadas com a Seduc, com relação às estruturas das escolas. Nós temos problemas seríssimos, mas muitos avanços também. Hoje, para os senhores terem uma ideia, uma necessidade premente: temos no Estado 1.211 escolas. Destas, 1.059 são escolas públicas, Deputada e Doutor Diego, 1.059 só de escolas públicas. Não temos mais que 5% ou 6% dessas escolas que tem alvarado o corpo de bombeiros. E é um trabalho que nós estamos realizando com o Estado de Rondônia também para regularização dessas escolas.

Então, existem "n" situações de irregularidade que passam por estrutura, que passam por pessoal, que passam por formação, e nós estamos atentos e acompanhando. Eu digo isso porque faço isso aqui em Porto Velho, que é a promotoria que atua, mas também tenho conhecimento e tenho preparado muito material de apoio para os colegas promotores do interior do Estado que atuam na educação também.

A gente vai reportando as questões, por exemplo, das obras paralisadas, inacabadas, a retomada dessas obras, para a gente conseguir recuperar a vaga. Como você vai falar de ofertar vaga em creche se você não tem ampliação da rede para criar a vaga? Educação, matrícula em tempo integral, nós temos aqui.

Nenhum município do Estado conseguiu executar 100% dos recursos que recebeu do governo federal no programa de escola de matrícula em tempo integral. A maioria dos municípios está com dinheiro do jeito que recebeu na conta, por "n" razões. Obviamente, cada um vai ter uma razão, vai ter uma justificativa para apresentar. Mas o que estou colocando é os problemas que existem na educação. Existem muitos? Existem.

E, à medida que isso vai chegando, que isso vai sendo reportado, o Ministério Público também vai analisando, sentando com a Seduc, sentando com os municípios para dialogar, para começar a conversar na busca de uma solução de forma mais célere e efetiva para garantir o direito educacional de todos.

Então, esse compromisso, o que posso dizer, gostaria só de finalizar. Não sei se os senhores já viram ou leram em algum lugar, mas, no ano passado, essa necessidade de saber onde a gente está pisando - eu tenho essa dificuldade. Eu preciso saber onde eu piso. Para conseguir olhar para alguma coisa, até para analisar, eu preciso saber. Acho que todo mundo é assim, tem que saber onde está pisando.

Então, fizemos um trabalho no Ministério Público de levantamento dos dados da estrutura educacional do nosso Estado. E hoje isso está materializado no mapa da educação. Se vocês entrarem lá no site do Ministério Público, tem um ícone chamado "mapa da educação", que vai ter todas as informações educacionais do Estado todo, por município, por rede educacional, por localidade de escola, se é urbana, rural, ribeirinha, todos esses dados.

E ali eu pretendo - a gente está trabalhando, professora, para colocar - inclusive para fazer o monitoramento dos Planos de Educação. E é o Ministério

Público, através da atuação forte do Conselho Nacional do Ministério Público hoje, que está preocupado com o acompanhamento desses planos, pela razão que coloquei: não adianta só, temos que planejar e executar, senão não vai adiantar nada.

O plano é o plano, ou seja, se todo mundo escolheu, se democraticamente foi redigido, se a sociedade apresentou para o Poder Público - não só a sociedade, as próprias instituições de Ensino da educação, todas elas decidiram e definiram o que querem para a educação -, isso tem que ser observado. Isso é gestão democrática, então, nós vamos fazer esse trabalho, querendo construir lá o mapa também, essa possibilidade de conseguir acompanhar a evolução do cumprimento das metas, no próprio mapa da Educação.

É também um plano e um planejamento do MP fazer todo esse trabalho. Nós sabemos que nós temos um longo caminho, que o desafio é grande, que nós temos muito o que fazer e muito o que entregar para a sociedade. Eu tenho essa consciência e trabalho diuturnamente para conseguir cumprir com esse meu dever.

Então, o que eu posso dizer para os senhores é que contem comigo, contem com o Ministério Público para defender sempre a educação e o direito de todos de frequentar a escola pública. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Doutora Luciana, pela contribuição, pela fala.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Sim?

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Me permite fazer só mais uma contribuição, para complementar a minha fala?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Sim.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Só para explicar o que o Manoel citou, que a gente não atingiu os 25% da educação, Manoel, nós atingimos 25,34%. O problema é o seguinte: até dia 30 de abril nós temos ainda um prazo para atingir, e vai dar muito mais do que isso, mas até agora nós já atingimos 25,34%. O mínimo é 25%, mas já estamos com 25,34%. Até dia 30 de abril, talvez, vamos chegar a 25,86%.

Uma outra situação, Manoel, que a gente tem falado sobre aquela equiparação do técnico nível 1 com nível 2: dizer a vocês que nós já elaboramos um processo, que está na nossa procuradoria para analisar essa situação, tá bom. Para ver se tem um parecer favorável para equiparar o salário dos técnicos nível 1 com nível 2.

E também quero informar a vocês aqui, só para título de informação, durante esses períodos de 2019 até agora, 2024, e até abril, já, temos os dados de abril, só no mês de janeiro até abril, nós vamos pagar 32 milhões de pecúnia para os nossos servidores. Ou seja, só agora, no mês de abril, nós vamos pagar mais 9 milhões em pecúnia para os nossos servidores.

E uma das coisas que eu esqueci também, Dioneida, é sobre a questão da gestão democrática. A gente falou que não existe mais processo de eleição para diretores nas escolas.

Mas nós temos um processo onde esses diretores podem participar, ou seja, através de currículos e entrevista. É um processo seletivo simplificado que nós fazemos para diretor e chefe de sessão pedagógica. Não existe mais eleição, mas existe um processo seletivo.

A primeira etapa é a análise de títulos. Depois, entrevista com o diretor e vice-diretor que estiver interessado em participar. Me parece que vai ter outro processo seletivo agora. Quem tiver interesse pode participar.

Eu também só gostaria de frisar também que a nota do Ideb do Estado de Rondônia no ensino médio foi 4,2%. O Estado de Rondônia está na 6º colocação no Brasil. Aqui na região Norte, nós estamos na 2º colocação, mas isso ainda não é o suficiente. A gente precisa melhorar mais ainda. Tá bom. É isso. Obrigado, querida.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Nilson. É uma lista tríplice, é isso? Você ficou em 1º lugar e não foi chamada.
(manifestação da galeria)

É a triste realidade. Acho que essa Audiência Pública foi justamente para que a gente pudesse pontuar esses problemas. Nas falas de vocês, fica muito claro isso daqui. São encaminhamentos que estamos lutando para poder resolver e melhorar.

Quero aqui agradecer a todos que estão participando de forma remota, através das redes sociais, que estão nos acompanhando. Então, agradecer a todos que estão também acompanhando pelas redes sociais.

No decorrer das falas, a Doutora Wanderlucé Veiga, pediu para fazer uma fala referente à questão da militarização. A

gente já abriu as inscrições, e no decorrer das inscrições, foi feito bastante falas. Ela é da Seduc e vamos conceder três minutos para que ela possa falar, para que possamos fazer o encerramento de nossa Audiência Pública.

A SRA. WANDERLUCE DA SILVA COSTA VEIGA - Boa tarde aos senhores, boa tarde à Mesa de autoridades.

Em relação aos colégios militares, o que temos no Estado são 13 colégios da Polícia Militar. É uma organização da Polícia Militar, com educação básica e, sim, também com ensino assistencial e preparatório, muito mais no CTPM 1, nos demais é mais educação básica pura.

Existe uma especificidade? Existe. Existe, porque a corporação da polícia traz ordem unida, traz algumas especificidades. **(manifestação da galeria)**

Isso existe. Gente, é lei, a gente cumpre lei. Lá está escrito o quê? Parceria com a Seduc. Por meio de quê? Na lei: cedência de professores, toda essa parte.

Dentro da questão do Bombeiro Militar, nós temos duas unidades, os colégios bombeiro militar. Ao todo, são 15 colégios de educação básica das duas corporações.

Falando de colégios e escolas, já é escola cívico-militar, temos quatro no Estado: três em Porto Velho e uma em Guajará-mirim. Que são aquelas escolas que são nossas, a gestão é nossa, a Seduc que tem a gestão. Mas tem a parceria com a Sesdec? Tem. Na questão da ordem unida, na questão da disciplina e outras questões específicas dos militares. Ok?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pessoal, eu gostaria que todo mundo ouvisse.

A SRA. WANDERLUCE DA SILVA COSTA VEIGA - Então, ao todo, temos 19 unidades com esse modelo: 15 que são de duas corporações e uma em parceria com a Polícia e o Bombeiro. Essas 19 unidades atendem em torno de 20 mil estudantes, com a parceria sendo com a Sesdec, por meio da Polícia e do Bombeiro. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Doutora Wanderluce. **(manifestação da galeria)**

A SRA. WANDERLUCE DA SILVA COSTA VEIGA - Sim, tudo é a DCT (Departamento de Capacitação e Treinamento), artigo 22 da DCT, Constituição Estadual. E é pública também, porque quem mantém é o poder público estadual. **(manifestação da galeria)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pessoal, a gente ouviu aqui e entendemos que o espaço é pequeno, porque problema é o que não falta. Nas falas, isso ficou muito claro, mas a audiência é justamente para isso: para tratarmos uma temática e fazermos encaminhamento. Acho que as falas todas foram muito bem direcionadas, foram muito bem claras sobre as deficiências e dificuldades.

Então, essas considerações estão sendo registradas na nossa Ata. Nós vamos estar fazendo os encaminhamentos tanto para a Seduc, como vamos deixar também uma cópia desse documento para a CNTE, Sintero, Ministério Público e Defensoria Pública.

A gente vai estar fazendo o encaminhamento e acredito que, no decorrer dessa semana, a Ata já deve ficar pronta para possamos trabalhar esses encaminhamentos, porque não é só vir aqui expor os problemas, dificuldades, lamentações e ficar por isso mesmo. Não é, Secretária? Acho que as dificuldades foram muito bem colocadas por todos que fizeram uso da fala.

Então, gente, só para encerrar rapidamente, queria pedir só mais um pouquinho da paciência. Porque tínhamos marcado a nossa audiência das 14:00 às 18:00 horas, mas estamos terminando mais cedo. Para que vocês saiam com bastante tranquilidade, antes de encerrarmos, gostaria de perguntar se a Claudir e a Dioneida têm alguma coisa ainda para falar, para fazerem as considerações finais. Vou conceder dois minutinhos para cada uma, para a encerramos.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Só encerrar mesmo. Obrigada. A gente não perde nunca a oportunidade. Nós, como trabalhadores da educação, referendamos aqui e tenho certeza que o dia foi super proveitoso. É isso ou não foi? A nossa categoria teve hoje um dia de mobilização, formação e interação, algo que há muito tempo nós estávamos ansiosos.

Doutora Luciana, como é bom ouvi-la, como é bom saber que tem alguém que cuida da gente tão bem. Muito obrigada. Estamos à disposição sempre.

Mas não posso perder a oportunidade de falar com a Seduc e com a Mesa aqui dos deputados, pois esta Casa aqui é para a gente. Nós estamos em movimento no Estado de Rondônia com uma pauta mínima para fazer justiça, há muitas situações que estão pendentes.

Doutora Luciana, eu quero pontuar. Mesmo tendo dois minutos, vou acelerar para pontuar. Nós temos no Estado de Rondônia - e o Nilson já disse que está na PGE (Procuradoria Geral do Estado de Rondônia) e tomara que venha com parecer favorável - uma situação entre os técnicos educacionais que começaram no Estado de Rondônia, quando faziam lanche para os alunos no fogão à lenha, e que estão com um salário 29,78% menor de quem é contratado hoje. Isso é uma luta que nós estamos com a Seduc há muito tempo e nós queremos respostas.

Mas nós temos outras demandas que foram colocadas aqui, como a titularidade. Realmente, Nilson, o Governo do Estado tem liberado os professores, principalmente, para cursar mestrado e doutorado, mas depois não os valoriza, portanto, esses profissionais não ficam.

Sim, mas a grande maioria que faz o processo nós temos conseguido liberar. Nós conseguimos fazer esse encaminhamento de liberar. O Estado investe, mas não valoriza para o servidor ficar. Alguma coisa está muito errada.

Então, é necessário fazer esses enfrentamentos, e são essas pautas que estão na mesa. Por isso, reivindico à Seduc um olhar diferenciado neste momento para isso.

Deputada Cláudia, nós já estivemos na Comissão de Educação e já explicamos tudo isso, mas a paciência do nosso povo está no limite. E o limite tem data: dia 6 de maio. Tomara que até lá a gente já tenha alguma coisa palpável, garantida, para apresentar para os nossos trabalhadores, para que não aconteça o que nós não queremos: a luta de rua e fechamento de portas de sala de aula.

Deputada, Nilson, Ministério Público, todos estarão nessa situação envolvidos conosco. No dia 6 de maio, nós temos assembleias gerais convocadas, com o indicativo de

greve. E para não ter greve, queremos diálogo, mesa de negociação aberta e valorização no bolso.

Um abraço, meus companheiros. Muito obrigada. Vamos à luta! E aos companheiros que estão no Estado, nosso abraço e estaremos juntos já, já. Obrigada, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (presidente) - Obrigada, Dioneida. Agora eu passo rapidamente aqui para a Claudir.

A SRA. CLAUDIR MATA MAGALHÃES DE SALES - Só para finalizar aqui e agradecer. Dizer que a Semana de Defesa e Promoção da Educação Pública continua até o dia 28. Então, no Brasil inteiro, em cada canto desse país, tem alguém discutindo educação e como colocar em prática toda essa nossa angústia e a lei que já existe.

E eu quero fechar só com o pensamento do Paulo Freire: "Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso recusa o imobilismo. A escola que se pensa, em que se cria, em que se fala, em que se ama, em que se adivinha, a escola apaixonadamente que diz sim à vida."

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Claudir.

Pessoal, foi um prazer enorme ter todos vocês aqui nesta tarde, para a gente poder discutir este tema de grande relevância. A ação importante da Semana Nacional em Defesa da Promoção da Educação Pública. Eu creio que a nossa luta é essa: estarmos sempre unidos em prol de melhorar e lutar pelos trabalhadores.

E o importante é que temos autoridades que têm essa condição de ajudar nesse processo. Nilson, leva para a Secretária a fala desse povo, desses trabalhadores que têm contribuído com a Educação do Estado de Rondônia. Nós também faremos nossa parte aqui com os nossos encaminhamentos. E nós estamos à disposição.

Nos primeiros dois anos, não estive presente como membro da Comissão de Educação, mas agora, nesse segundo biênio, estou participando diretamente. É um compromisso que a gente tem também com a categoria, com o Sintero, porque a gente entende que é importante.

Estamos aqui para abrir as portas e fazer debates importantes. Às vezes, não vão ser todos os dias que vocês vão chegar aqui e encontrar todos os deputados, mas quero dizer: que eu estarei sempre presente. As portas que eu puder abrir dentro desta Casa Legislativa, eu sempre abrirei. Meu gabinete está de portas abertas.

A gente sempre tem feito esse diálogo também com o governo, aquilo que pudermos reivindicar e cobrando, estaremos aqui para isso. Nosso mandato é uma ferramenta de luta, e vocês não estão sozinhos. Estamos aqui e muitas coisas temos conseguido avançar, claro que com muitas dificuldades, mas a nossa luta é essa. É uma luta constante, de fato, tem que ter muita resistência, porque nunca foi fácil.

mais uma vez, obrigada. Parabéns pela luta de vocês. Não se desanimem, porque vocês não estão sozinhos. Assim como a gente também nunca se considerou estar só nessa caminhada, pois sempre caminhamos juntos.

Eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a todos os membros da Mesa - à Doutora Luciana, ao Doutor Diego, ao

Nilson, à Dioneida, à Claudir - e a todos vocês que também vieram aqui participar deste momento tão importante.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam essa ilustre solenidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo uma excelente tarde a todos. Lembrando que, em breve, mandaremos e disponibilizamos a Ata dessa Audiência Pública.

Obrigada e um bom retorno.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 16 horas e 57 minutos)

(Sem revisão dos oradores)